

Anexo ao Caderno de Textos

63º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional

TEMA CENTRAL: Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica.

Fortaleza (CE), 28 de junho a 1º de julho de 2018

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Gestão 2016/2018

Presidente: Eblin Farage

Secretário-Geral: Alexandre Galvão Carvalho

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretores responsáveis por Imprensa e Divulgação: Luis Eduardo Acosta Acosta e Cláudio Rezende Ribeiro

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DA(O)S TRABALHADOR(A)ES	
Texto 21 – Uma reflexão sobre a mobilidade urbana como um direito de todos e de todas - <i>Contribuição do professor Antonio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFS-BA)</i>	08
Texto 22 – Correção da remuneração em face do regime de trabalho de 40 horas e de 40 horas com dedicação exclusiva em razão da inconstitucionalidade parcial da Lei 13325/2016 - <i>Contribuição do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria – GTSSA da SEDUFSM</i>	10
Texto 23 – Criação da Comissão Nacional de Docentes - <i>Contribuição do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria – GTSSA da SEDUFSM</i>	13
Texto 24 – Migrantes venezuelanos: políticas de inserção no mercado de trabalho e ações de acolhimento por uma rede de solidariedade a classe trabalhadora - <i>Contribuição da Assembleia Geral da SESDUF-RR realizada no dia 30 de maio de 2018</i>	15
Texto 25 – Reparação é direito: em defesa das cotas raciais nos concursos e no sindicato - <i>Contribuição da Assembleia da APUB realizada no dia 12 de junho de 2018</i>	21
Texto 26 – Unir as lutas para emancipar a classe - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Elza Peixoto (APUB), Fernando Correa Prado (SESUNILA), Caroline Magalhães Lima (SINDUECE), Mario Mariano Ruiz Cardoso (ADUFVJM), Raquel Brito Sousa (SINDUECE), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO).</i>	22
Texto 27 – Pelo fim do ponto eletrônico nas Instituições Federais de Ensino - <i>Contribuição da Diretoria da ADCEFET-RJ: Marisa Brandão Rocha, Mariana Vitor Renou, Keila Lúcio de Carvalho, Vanessa de Oliveira Brunow, Cristiane Rosa Magalhães, Thomaz Estrella de Bettencourt, Renata Rufino da Silva e Renato Domingues Fialho Martins; e o Conselho de Representantes da ADCEFET-RJ: João Terêncio Dias, Marta Máximo Pereira, Valena Ribeiro Garcia Ramos, Leonardo de Bem Lignani, Maicon Jeferson da Rocha Azevedo, Leonardo Diniz do Couto, Diego Casais Moreira, Taís Silva Pereira, Rômulo Cesar Pereira de Castro, Thiago Rodrigues da Silva, Caroline Araújo Bordalo, Maria Aparecida Gonçalves Martinez, André Franklin Palmeira, Ricardo Alexandre Amar de Aguiar e Rafael Mello Barbosa.</i>	25
Texto 28 – Trabalho de base e formação de GTs locais - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Deborah Fontenelle (diretoria Asduerj), Rosineide Freitas (conselho de representantes Asduerj), Rodrigo dos Reis (diretoria Asduerj), Lia Rocha (conselho de representantes Asduerj), Ana Carolina Feldenheimer (diretoria Asduerj), Guilherme Vargues (diretoria Asduerj), Dario Souza e Silva (diretoria Asduerj), Frederico Irias (diretoria Asduerj), Guilherme Abelha (diretoria Asduerj).</i>	27
Texto 29 – A luta dos docentes do ensino superior contra os agrotóxicos - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s David Itonaga, Márcia Marzagão Ribeiro, Maria Regina Ferreira da Costa e Paulo de Oliveira Perna</i>	29

<p>Texto 30 – Abaixo Ortega! Fora ditador assassino! - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Adriana Gomes (SESDUFRR) Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Antônio Luis da Silva Sousa (SINDCEFET-PI), Aritana Dutra (SINDCEFET-PI), Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE), Aureir Alves de Brito (ADUNEMAT), Daniel Sólon (ADCESP), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Egmar Souza (SINDCEFET-PI), Gelta Xavier (ADUFF), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Marconis Fernandes Lima, (SINDCEFET-PI), Marcelo Barreto (ADUFEPE), Milton Mauad de Carvalho Camera Filho (ADUNEMAT), Patrícia Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Furtado (ADUFES), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Romildo Araújo (ADUFPI), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Sergio Darwich (SINDUEPA), Tomaz Boaventura (ADUFMAT), Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADLESTE)</i></p>	31
<p>Texto 31 – Fortalecer a campanha Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) a Israel - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Adriana Gomes (SESDUFRR) Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Antônio Luis da Silva Sousa (SINDCEFET-PI), Aritana Dutra (SINDCEFET-PI), Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE), Aureir Alves de Brito (ADUNEMAT), Daniel Sólon (ADCESP), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Egmar Souza (SINDCEFET-PI), Gelta Xavier (ADUFF), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Marconis Fernandes Lima, (SINDCEFET-PI), Marcelo Barreto (ADUFEPE), Milton Mauad de Carvalho Camera Filho (ADUNEMAT), Patrícia Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Furtado (ADUFES), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Romildo Araújo (ADUFPI), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Sergio Darwich (SINDUEPA), Tomaz Boaventura (ADUFMAT), Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADLESTE)</i></p>	33
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
<p>Texto 32 – Atuação na luta por justiça para Marielle Franco e contra a intervenção federal militar - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Rosineide Freitas (conselho de representantes Asduerj), Deborah Fontenelle (diretoria Asduerj), Rodrigo dos Reis (diretoria Asduerj), Lia Rocha (conselho de representantes Asduerj), Ana Carolina Feldenheimer (diretoria Asduerj), Guilherme Vargues (diretoria Asduerj), Dario Souza e Silva (diretoria Asduerj), Frederico Irias (diretoria Asduerj), Guilherme Abelha (diretoria Asduerj).</i></p>	37
<p>Texto 33 – Em defesa das Universidades Estaduais: lutar, resistir e conquistar - <i>Contribuição do(a)s professore(a)s Ada Raquel Teixeira Mourão (ADUFPI), Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Carrijo (ADUNIOESTE), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Ana Jovina Oliveira Vieira de Carvalho (ADUNEB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Ângela Maria Camargo Rodrigues (ADUNEB), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Cecilia Maria Mourão Carvalho (ADUNEB), Celi Taffarell (APUB), Cláudio Lira (APUB), Cosme Uilson Ferreira de Carvalho (ADUNEB), Cristiane Gomes Ferreira (ADUNEB), Domingos Sávio Garcia (ADUNEMAT), Edineiram Marinho Maciel (ADUNEB), Edite de Faria (ADUNEB), Eduardo Forneck (APROFURG), Elilia Camargo Rodrigues (ADUNEB), Eudes Baima (SINDUECE), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Flávia Lorena de Souza Araújo (ADUNEB), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Gilberto Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Helder Molina (ASDUERJ), Jaaziel de carvalho Costa (ADUFPI), Janeide Bispo dos Santos (ADUNEB), José Ricardo Moreno Pinho (ADUNEB), José Tarcísio Lima (ADUFLA), Jurandir Goncalves Lima (ADUFPI), Leni Hack (ADUNEMAT), Liana Gonçalves Pontes Sodré (ADUNEB), Liliam Faria Porto Borges (ADUNIOESTE), Lisleandra Machado (APESJF), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Gonzaga Falcão Vasconcelos (ADUFU), Luiz Rojo (ADUFF), Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho (ADUNEB), Maira Portofé de Mello (ADUNEB), Maria</i></p>	40

<p><i>Almeida de Oliveira (ADUNEB), Maria Geovanda Batista (ADUNEB), Maria Nalva Rodrigues de Araujo Bogo (ADUNEB), Marize Carvalho (APUB), Marcelo Neves Costa (ADUNEB), Márcio Alexandre da Silva Pinto (ADUFU), Marcos Luciano Lopes Messeder (ADUNEB), Núbia dos Reis Ramos (ADUNEB), Osmar Moreira dos Santos (ADUNEB), Paulo Humberto Porto Borges (ADUNIOESTE), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), Marcos Arcoverde (ADUNIOESTE), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Paulino Orso (ADUNIOESTE), Raydelson dos Santos (ADUNEB), Rosalvo (ADUNIOESTE), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvana Souza (ADUNIOESTE), Tarcísio Fernandes Cordeiro (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Verbena Mourão Lopes (ADUNEB), Viviane dos Santos Carvalho (ADUNEB)</i></p>	
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 34 – Comissão da Verdade do ANDES-SN (CV) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	43
Texto 35 – É preciso avançar nos instrumentos de luta e divulgação da classe trabalhadora: precisamos de uma nova revista para o Sindicato - <i>Contribuição do professor Hélvio Alexandre Mariano, sindicalizado da Adunicentro Seção Sindical.</i>	55
Texto 36 – Um olhar para o futuro sem esquecer o passado: precisamos avançar na participação dos sindicalizados nas instâncias do Sindicato Nacional - <i>Contribuição do professor Hélvio Alexandre Mariano, sindicalizado da Adunicentro Seção Sindical.</i>	57
Texto 37 – Repasses das seções sindicais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	60

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DA(O)S TRABALHADOR(A)ES	
TR 21 – Uma reflexão sobre a mobilidade urbana como um direito de todos e de todas	9
TR 22 – Correção da remuneração em face do regime de trabalho de 40 horas e de 40 horas com dedicação exclusiva em razão da inconstitucionalidade parcial da Lei Nº 13325/2016	12
TR 23 – Criação da Comissão Nacional de Docentes	14
TR 24 – Migrantes venezuelanos: políticas de inserção no mercado de trabalho e ações de acolhimento por uma rede de solidariedade a classe trabalhadora	19
TR 25 – Reparação é direito: em defesa das cotas raciais nos concursos e no sindicato	21
TR 26 – Unir as lutas para emancipar a classe	24
TR 27 – Pelo fim do ponto eletrônico nas Instituições Federais de Ensino	26
TR 28 – Trabalho de base e formação de GTs locais	28
TR 30 – Abaixo Ortega! Fora ditador assassino!	32
TR 31 – Fortalecer a campanha Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) a Israel	35
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
TR 32 – Atuação na luta por justiça para Marielle Franco e contra a intervenção federal militar	39
TR 33 – Em defesa das Universidades Estaduais: lutar, resistir e conquistar	41
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 35 – É preciso avançar nos instrumentos de luta e divulgação da classe trabalhadora: precisamos de uma nova revista para o Sindicato	56
TR 36 – Um olhar para o futuro sem esquecer o passado: precisamos avançar na participação dos sindicalizados nas instâncias do Sindicato Nacional	58

**Tema II: Avaliação e atualização
do plano de lutas: educação,
direitos e organização da(o)s
trabalhadora(e)s**

TEXTO 21

Contribuição do professor Antonio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFS-BA)

UMA REFLEXÃO SOBRE A MOBILIDADE URBANA COMO UM DIREITO DE TODOS E DE TODAS

TEXTO DE APOIO

A cidade do século XXI representa com maior intensidade o palco das contradições capitalistas. Nela ocorre a reprodução do Capital lucrando com a submissão imposta aos trabalhadores e trabalhadoras. A cidade na prática é um grande negócio e o transporte é o serviço que viabiliza a efetivação das reproduções capitalistas. Basta observar que existe oferta de transporte público nos dias úteis em quantidade suficiente para mobilizar a força de trabalho para servir o Capital. Quando não interessa aos detentores da dominação capitalista, aos domingos e feriados, se reduz a quantidade ofertada em todas as cidades brasileiras. Aos trabalhadores é ofertado apenas transporte nos momentos de ‘pico’, para atender a Demanda do Capital. Milhares de pessoas se deslocam para trabalho, educação, saúde e lazer. O último motivo o lazer, não é de interesse dos capitalistas daí que a falta de oferta do serviço de transporte em dias que não se realizam negócios.

A mobilidade urbana ganhou destaque nos últimos anos quando se discute a cidade. Existe um consenso que se precisa melhorar a circulação das pessoas, diminuindo o tempo de deslocamento e ampliando a infraestrutura dos equipamentos urbanos. Na verdade, se investe em infraestrutura, pois os patrões não querem atraso dos empregados e querem celeridade na circulação de mercadorias, para com isso poderem mais rapidamente maximizar seus lucros.

Assim como a saúde é essencial para “garantir a vida”, a educação fundamental para “crescer na vida”, a mobilidade urbana significa liberdade para acessar a cidade e tudo que ela pode oferecer. Negar esse direito é simplesmente segregar, discriminar. Por exemplo, quando se constrói um conjunto residencial para trabalhadores de baixa renda, estes em sua maioria são alocados numa periferia, dificultando a sua mobilidade física. Esta discriminação é machista e racista a partir do momento que as mulheres são mais atingidas no seu direito a cidade pois utilizam menos o transporte motorizado individual e mais o transporte coletivo. Racista ainda no sentido de que trabalhadores negros e trabalhadoras negras sofrem mais com o baixo salário e em consequência são os mais excluídos no direito ao deslocamento. Basta observar nas grandes cidades o sexo e a cor das pessoas que dormem nas ruas para economizar o dinheiro da passagem.

A mobilidade apresentada brevemente no parágrafo anterior, desperta o imaginário das pessoas, reforçado em propagandas de motocicletas e automóveis em detrimento da quase inexistência de apologia ao uso do transporte público. O fato é tão preponderante que os próprios movimentos e coletivos progressistas de certa forma reproduzem o efeito. Podemos sempre observar que se luta por Saúde e Educação pública, GRATUITA e de qualidade e isto é muito importante. Entretanto, na questão dos transportes, apenas se

defende Transporte público e de qualidade. A palavra GRATUITA desaparece das lutas de quem não está diretamente envolvido ou envolvida com o tema.

Outro fator a ser considerado é o ato de caminhar pelas cidades. Um ser humano tem uma peculiaridade interessante, caminha diferente de acordo a idade. Uma criança de um ano de idade, caminha diferente de uma pessoa com oitenta anos e isso demanda uma cidade adaptada para todos. As calçadas brasileiras não favorecem o caminhar diverso das pessoas, que deve ser a razão de viver numa cidade: poder acessar o que de melhor ela oferece. O caminhar é o principal meio de deslocamento da cidade, todos somos pedestres em algum momento do dia e isso tem de ser buscado e melhorado. Mas, as cidades brasileiras nos últimos vinte anos fizeram exatamente o inverso, se privilegiou o transporte motorizado individual com investimentos em infraestrutura urbana que privilegiam o automóvel em detrimento dos demais modais. Isso tem feito com que os custos operacionais da cidade tenham se elevado em demasia e excluído cada vez mais os trabalhadores e trabalhadoras. Os congestionamentos têm elevado o índice de poluição nos centros urbanos, basta simular que numa cidade como Fortaleza, transferir o público usuário de 70% dos automóveis licenciados no município para os ônibus do transporte público, se conseguirá economizar 54% dos metros quadrados utilizados da área do município, uma redução de 41% no consumo de energia, 32% de redução nos poluentes locais e 21% a menos de CO₂. Enfim, a questão da mobilidade urbana é por demais inerente aos temas a serem debatidos no âmbito de um sindicato classista, e lutar por um transporte PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE.

TR – 21

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera :

Aprofundar no GTPAUA, o debate sobre mobilidade urbana, com o objetivo de contribuir para a construção de um espaço urbano não excludente, permitindo o acesso da população a cidade, inclusive aos lugares que são voltados apenas a classe dominante. É que o GTPAUA possa debater sobre mecanismos de melhoria dos transportes públicos nacionais a exemplo de estudos sobre tarifas e sistemas de mobilidade urbana.

TEXTO 22

Contribuição do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria – GTSSA da SEDUFMS

CORREÇÃO DA REMUNERAÇÃO EM FACE DO REGIME DE TRABALHO DE 40 HORAS E DE 40 HORAS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA EM RAZÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL DA LEI 13325/2016

TEXTO DE APOIO

Os Professores da atual Carreira do MAGISTÉRIO FEDERAL (Carreira do Magistério Superior e da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) tiveram suas carreiras criadas com a edição da Lei n. 7.596/87 e efetivamente instituída pelo Decreto n 96.664/87, que estruturou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, o PUCRCE. Durante sua trajetória sofreu sucessivas reestruturações que efetivamente levaram a várias perdas, dentre elas, a perda da relação entre os regimes de trabalhos: 20 h, 40h e 40 h com DE. Nesse sentido, propõem-se ações que viabilizem a **CORREÇÃO da remuneração em face do Regime de Trabalho de 40 h e de Dedicção Exclusiva (DE) proporcionalmente ao Regime de Trabalho de 20 h** na tabela da LEI 13.325/2016, Anexo IX, com base no PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL da ISONOMIA, RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE e da PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL de REDUÇÃO DE VENCIMENTOS, ainda que esta redução ocorra de Forma Indireta. Justifica-se tal solicitação tendo em vista que ambos os profissionais desenvolvem o **MESMO TRABALHO e OCUPAM O MESMO CARGO**, apenas alterando a carga horária. Foi constatado, que a hora de trabalho no Regime de 40 h sofreu redução em relação ao de 20 h, o que fere a Constituição Federal, no Art. 37 que estabelece:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, [...] obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

Conforme NOTA TÉCNICA WAA/SM N 11/2018 “A teor da Constituição Federal tratando-se, portanto, de cargos com natureza, responsabilidade, complexidade, requisito para investidura e peculiaridades similares, a o dever da Administração de observar a necessária correspondência entre os padrões de vencimento e as demais verbas remuneratórias”.

Desta forma, a Lei 13325/2016 é inconstitucional no que se refere ao Regime de Trabalho de 40h e de 40h com DE. Além disso e, como agravante, o regime de 40 h com Dedicção Exclusiva (DE) restringe a possibilidade do professor do Magistério Federal (Carreira

do Magistério Superior e da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) de compensar a deterioração do seu salário, ganhando de forma **MUITO INFERIOR** ao regime de 20 horas. Para solucionar tal discrepância, é necessário corrigir a TABELA do Anexo IX, da lei 13325/2016, da seguinte forma:

ATUALMENTE (ANEXO IX DA LEI 13325/2016)

Tabela 01:Variação Percentual da Remuneração em relação à Jornada de 20horas.

Atual		Agosto de 2017		Agosto de 2018		Agosto de 2019	
Dedicada	40 horas	Dedicada	40 horas	Dedicada	40 horas	Dedicada	40 horas
Exclusiva		Exclusiva		Exclusiva		Exclusiva	
100%		100%		100%		100%	

SUGESTÃO DE MODIFICAÇÃO

Tabela 01: Variação Percentual da Remuneração em relação à Jornada de 20 horas.

40 HORAS	DE
100%	155%

Esses PERCENTUAIS CORRESPONDEM AOS MESMOS QUE OS PROFESSORES FEDERAIS (Carreira do Magistério Superior e da Carreira do Ensino de 1º e 2º graus) RECEBIAM ANTES DE TEREM SUA CARREIRA DESESTRUTURADA (com estrutura física ampliada) E DESVALORIZADA (com aumento de atribuições e remuneração salarial condicionada a uma tabela remuneratória), ALÉM DE SEGUIR OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ISONOMIA, RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE DE VENCIMENTO E da PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL de REDUÇÃO DE VENCIMENTOS, ainda que esta redução ocorra de Forma Indireta.

Dessa forma o Regime de Trabalho fica:

1. Regime de Trabalho sem Dedicção de Exclusiva.

§ 1º - Com tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho;

§ 2º - Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas com valorização de um acréscimo de 100% sobre o regime de 20 horas.

2. Regime de Trabalho de 40 h com Dedicção Exclusiva (DE).

§1º Cumprimento em 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, com dedicação às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional;

§2º Valorização de 155% sobre o Regime sem Dedicção Exclusiva (20 horas);

§3º Impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada com as exceções previstas na Lei N. 13325/2016;

Retorno de seis meses de licença sabática, assegurada à percepção da remuneração do respectivo cargo ou emprego de carreira, para docentes que atuam no Regime de Dedicção Exclusiva -DE por um período de dois anos.

TR- 22

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

Requer a correção da remuneração em face do regime de trabalho de 40 horas e de 40 horas com Dedicção Exclusiva em razão da inconstitucionalidade parcial da Lei 13325/2016.

TEXTO 23

Contribuição do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria – GTSSA da SEDUFMS

CRIAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE DOCENTES

TEXTO DE APOIO

A Lei Nº 11344/2006 reestruturou as Carreiras do Ensino Superior e do Magistério de 1º e 2º Graus.

Na carreira do Magistério Superior, reestruturou em:

I Professor Titular;

II Professor Associado;

III Professor Adjunto;

IV Professor Assistente; e

V Professor Auxiliar.

Desta forma ao alterar a estrutura física da Carreira do Magistério Superior, criando a Classe do Professor Associado, totalizando dezesseis níveis, à lei estabeleceu um tempo maior para o professor chegar ao final da carreira, e alterou para uma classe inferior (com quatro níveis), a posição dos docentes aposentados, que se aposentaram no topo da carreira, Professor Adjunto IV (Professor Titular não fazia parte da carreira), bem como aos demais, ocasionando perdas significativas porque esta transposição não guardou a mesma relação com a situação na carreira antiga.

Já, para o Magistério de 1º e 2º graus, reestruturou em seis classes - A, B, C, D, E e Classe Especial. Também, ao criar a classe especial, totalizando dezesseis níveis, à lei estabeleceu um tempo maior para o professor chegar ao final da carreira, e alterou para uma posição inferior, por ocasião da aposentadoria, a ocupada pelos docentes aposentados e conseqüentemente perdas.

Em 2008, novamente, os professores federais têm sua carreira reestruturada, principalmente os professores de 1º e 2º graus, os quais têm tanto a denominação de sua carreira alterada de Magistério de 1º e 2º Graus para Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) – quanto as suas atribuições, através da Medida Provisória Nº 431/ 2008, que foi convertida na Lei Nº 11784/2008.

Nessa trajetória de reestruturação, já se evidenciava perdas para categoria: pela alteração na estrutura física da carreira e o aumento de atribuições do professor, que em grande parte comprometeu o planejamento das atividades educadoras e lesou a identidade do professor, transformando muitas vezes esse profissional em um instrutor.

Posteriormente, através da Lei Nº 12772/2012, os docentes do Magistério Superior e do EBTT passaram a fazer parte da estrutura do Plano de Carreira e Cargos de Magistério Federal.

Finaliza-se esta trajetória de aproximadamente trinta anos com a Lei Nº 13.325/2016, na qual se tem novamente alterado a valorização do Regime de Trabalho do docente do Magistério Superior e do docente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

Nestas reestruturações fica evidenciada a inexistência de representação técnica das categorias quando da formulação das mesmas o que se fez refletir em significativas perdas, principalmente aos professores aposentados.

TR - 23

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

Criar uma Comissão Nacional de Docentes – CND - vinculada ao MEC, com a finalidade de formular proposta de carreira, acompanhar, assessorar e avaliar a sua implementação, para o professor federal composta, paritariamente, por representantes do MEC (Ministério de Educação), dirigentes das IFES e entidade representativa da categoria: ANDES-SN (membros titulares da CND do ANDES).

TEXTO 24

Contribuição da Assembleia Geral da SESDUF-RR realizada no dia 30 de maio de 2018

MIGRANTES VENEZUELANOS: POLÍTICAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E AÇÕES DE ACOLHIMENTO POR UMA REDE DE SOLIDARIEDADE A CLASSE TRABALHADORA

TEXTO DE APOIO

Em sua trajetória de estruturação, a economia brasileira representa composições como resultado de diversos fluxos migratórios, o que contribuiu por uma formação advinda de múltiplas influências. Esta condição comporta elementos de opressão e desigualdade que marcam as relações de poder neste território. Identifica-se neste processo a migração forçada de africanos para o trabalho escravo, a utilização de grupos migrantes como forma de opressão e de expulsão de grupos tradicionais e os trabalhadores da lavoura cafeeira como mão-de-obra para a indústria incipiente. Todavia, recentemente agrega-se aos fluxos migratórios um contingente das populações síria, colombiana, peruana, haitiana, cubana e com significativo impacto, o povo venezuelano. Este fluxo migratório compõe o cenário de uma diversidade que implica na necessidade urgente de ações de integração para o acolhimento da classe trabalhadora em nossa realidade socioeconômica, política e cultural.

A migração de venezuelanos para o Brasil começou a intensificar-se a partir de 2015, como consequência do aprofundamento de conflitos políticos, sociais e econômicos naquele país. Índices econômicos baixíssimos, instabilidade política e quadros de violência social alarmantes fomentaram o agravamento da situação. Ademais, o colapso do modelo chavista, a baixa do preço do barril do petróleo no mercado internacional e ainda, o boicote à importação de produtos, contribuiu para que o país entrasse em um processo de desabastecimento, com escassez de produtos básicos nas prateleiras dos supermercados, farmácias e hospitais. Soma-se a isso o aprofundamento da crise hídrica na região do Rio Orinoco e no Vale de Caracas.

Em decorrência destes acontecimentos houve um aumento gigantesco de pedidos de refúgio na Polícia Federal em Boa Vista (RR). Em 2015 foram 280 solicitações. Já em 2016, atingiu 3.312 pedidos. Em 2017 as solicitações atingiram 17.130. Além desse quantitativo há os pedidos de residência temporária e um número significativo de migrantes irregulares (Polícia Federal, janeiro/2018). Em 2017, devido à grande demanda, o governo federal abriu a possibilidade de solicitação de residência temporária sem a cobrança das taxas, mas mesmo assim, as solicitações de refúgio superaram os pedidos de residência temporária. Diariamente, mais de 200 pessoas se aglomeram nas madrugadas em frente ao prédio da Polícia Federal em Boa Vista para entrar com pedido de refúgio ou residência temporária.

Este processo de migração do povo venezuelano para o Brasil está demandando ações mais imediatas para minimizar sua vulnerabilidade. O estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela, possui limitações físicas e estruturais para um melhor acolhimento e absorção no mercado de trabalho. A presença massiva dos migrantes em Boa Vista é evidente. Estão trabalhando em empresas, no comércio e como vendedores

ambulantes nas ruas e praças. Aglomeram-se em cada esquina pedindo trabalho ou mendigando. Outros estão nas portas dos supermercados e restaurantes em busca de comida e milhares dormem nas ruas, principalmente em praças. As crianças e adolescentes, quando conseguem vaga, estão nas escolas estaduais e municipais. Contudo, muitos estão nas ruas, sozinhos ou acompanhados dos pais, pedindo dinheiro, comida ou trabalho. Em situação de maior vulnerabilidade encontram-se os indígenas Warao, que sofrem duplamente o preconceito da sociedade, seja por sua condição de refugiados indígenas ou de pedintes nas ruas.

Os abrigos abertos pelo governo estão superlotados há meses. Nas casas alugadas por migrantes, vivem sob o mesmo teto uma quantidade exagerada de pessoas em situação de extrema penúria. Segundo o governo do Estado e as organizações sociais que trabalham com migrantes, estima-se até o momento, que entraram cerca de 50 mil migrantes no estado de Roraima. As primeiras iniciativas de acolhimento e apoio aos refugiados se deram no âmbito da sociedade civil, principalmente no campo das organizações religiosas, nos anos de 2015 e 2016.

As condições de vida dessa população carecem de ações de políticas públicas mais efetivas por parte dos poderes públicos, municipal, estadual e federal. As medidas e ações são bastante limitadas e agrava-se mais ainda em razão do momento eleitoral. A partir desse quadro, é a solidariedade das pessoas e dos movimentos sociais, entidades sindicais e outras organizações que está contribuindo para que tenham o mínimo de dignidade para seguirem de pé e com esperança em alguma mudança.

Entretanto, mesmo com essas ações de solidariedade observa-se em diversas situações que esses migrantes são, muitas das vezes, vítimas de preconceito e xenofobia propagados por alguns grupos, os quais tentam implementar nos diversos segmentos sociais, a falsa ideia de que a migração internacional trará aos brasileiros insegurança e desemprego. Por meio desse discurso, tais grupos de direita conseguem omitir a sua responsabilidade nos processos de debilitação das condições de vida dos trabalhadores e justificam medidas que tolhem a liberdade e os direitos dos segmentos sociais mais oprimidos.

De fato, a situação dos venezuelanos necessita de ação por parte dos poderes públicos. Contudo, não é uma tarefa muito fácil para os brasileiros, especialmente para os mais pobres, assistirem a essas ações quando tem-se tantos problemas mal solucionados ou mesmo esquecidos pelas autoridades. É notável que muitos daqueles que se opõem ao ingresso totalmente descontrolado de venezuelanos no nosso Estado, no geral, são pessoas de boa condição econômica e social. Muitos não precisam disputar vagas em hospitais ou escolas públicas. Já a população mais carente, que de fato mais sofre com a falta de serviços públicos, esta tem se inclinado para o fechamento da fronteira.

Políticas de acolhimento e proteção

As organizações da sociedade civil apresentaram um relatório em janeiro de 2018 para representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos, apontando a ausência de políticas públicas de acolhimento, a omissão do Governo Federal e a desarticulação das ações do governo estadual e municipal. Em contrapartida, o Governo Federal implementou um plano de controle de fluxo migratório sob direção do Exército. Assim, há quatro abrigos públicos em Boa Vista (RR). Está prevista a implantação de mais 11 abrigos em Pacaraima (RR) com capacidade para 500 pessoas cada. Todos os abrigos são geridos pelo exército. O abrigo mais antigo é o de refugiados indígenas, cujo contingente mais expressivo são os Warao. Até à chegada do exército, a gestão do abrigo estava a

cargo da ONG Fraternidade Internacional em conjunto com uma equipe técnica da Secretaria do Bem Estar Social do Governo do Estado.

Em vez de política de acolhimento, proteção e inserção laboral o Governo Federal inicia uma política de controle militar do fluxo migratório. O Presidente da República criou o Comitê Federal de Assistência Emergencial em fevereiro de 2018, composto por vários ministérios. Conta com representantes do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), mas não conta com representantes da sociedade civil organizada, nem do governo do Estado ou das prefeituras.

Para gerir a política de acolhimento, o presidente da república encarregou ao exército e nomeou um general para presidir o comitê e o orçamento previsto para a ação humanitária. Na prática, os militares assumiram o controle da política de estado no tocante ao fluxo migratório. O exército assumiu os abrigos de refugiados e está implantando mais uma dezena de abrigos; bem como assumiu a seleção e o traslado dos migrantes solicitantes de refúgio para outras regiões do país. Em tempos de avanço das forças reacionárias e autoritárias na política brasileira, estamos diante de uma intervenção militar camuflada em Roraima.

Inserção no mercado de trabalho: desemprego e exploração

Segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2016, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes se inserem nos setores e atividades econômicas que possuem os piores salários e condições de trabalho. Isso acontece com a mão de obra qualificada vinda de Cuba, Haiti e Venezuela, à medida que seus títulos/ certificados não são reconhecidos no Brasil. Trabalhos parciais, eventuais, temporários e subcontratados são práticas usuais e legais na economia globalizada. Por esta razão, o trabalho informal sem proteção social acaba sendo a alternativa para a maioria dos trabalhadores refugiados.

De acordo com o relatório entregue pelas organizações sociais aos representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos em 26 de janeiro de 2018: nas vias públicas, assim como nos portões das casas, migrantes imploram por trabalhos, seja de forma oral, seja segurando cartazes com dizeres de pedidos. Tal situação levou o Estado a um grande aumento de mão de obra barata e competição por postos de emprego. Além disso, são reportadas pelos migrantes diversas situações de subempregos em condições análogas à escravidão (não pagamento de salário ao final do trabalho, sem direitos trabalhistas, situações insalubres e outras) e aliciamento para a prostituição de adultos e menores.

O empresariado por sua vez ganhou maior oferta de mão de obra qualificada, aumento de consumidores e barateamento da força de trabalho com a chegada massiva de refugiados. Está havendo um processo de substituição da mão de obra brasileira pela força de trabalho venezuelana. Isso tem ocorrido por ser uma mão de obra mais barata e que necessita urgentemente de renda. As organizações empresariais fazem silêncio sobre a temática e se isentam de qualquer responsabilidade social.

No quadro dessa grande vulnerabilidade merece destaque a situação das profissionais do sexo. A prostituição nas ruas de Boa Vista ganhou maior visibilidade e notoriedade com a migração venezuelana. Em 2017, vários cárceres privados de prostitutas foram desmantelados pela Polícia Federal no Estado. Espancamentos, estupro, tentativas de homicídio e desaparecimentos, também foram registrados em Roraima pela polícia. Além disso, há o descaso por parte de policiais quando são feitos boletins de ocorrências. Os

mais vulneráveis tornam-se ainda mais invisíveis. Atualmente, discute-se um projeto de extensão na Universidade Federal de Roraima voltado para defesa pessoal e apoio psicológico às prostitutas, travestis, transexuais e mulheres vítimas de violência sexual.

Ações de acolhimento pela Universidade Federal de Roraima – UFRR e Seção Sindical dos Docentes da UFRR - SESDUF-RR

Em abril de 2018 foi inaugurado um Centro de referência sob direção do ACNUR, na Universidade Federal de Roraima – UFRR, para atendimentos voltados à regularização dos migrantes, bem como orientações jurídicas. A UFRR está desenvolvendo um conjunto de ações de acolhimento, proteção e inserção dos migrantes na sociedade local desde 2017. Estas iniciativas surgiram de forma espontânea entre alunos e professores, que a partir de suas áreas de estudo puderam atuar com práticas de ações solidárias como resposta às demandas sociais que o processo migratório apresenta. O trabalho em rede com outros órgãos federais e organizações da sociedade civil foi se configurando em torno das necessidades cotidianas das ações.

Dentre as ações locais de acolhimento desenvolvidas na UFRR, temos: oficinas de direitos das crianças e adolescentes refugiadas; senso epidemiológico dos refugiados em Roraima; processo seletivo de vagas remanescentes para refugiados; recreação para crianças; danças circulares, aulas de yoga e capoeira; monitores mirins de espanhol; orientação jurídica e sociolaboral; campanha de sensibilização escola/ensino médio; encontros psicossociais sobre interculturalidade em escolas municipais; intervenções urbanas; oficinas sobre adolescência e sexualidade; oficinas pedagógicas; aulas de português nos abrigos para refugiados indígenas; aulas de português instrumental para o mercado de trabalho; produção videodocs e curtas; exposição fotográfica; e assessoramento na rede de produção de artesanatos dos indígenas Warao. Esse conjunto expressivo de ações colocou a UFRR como referência na questão migratória.

A SESDUF-RR está envolvida diretamente nesse contexto, a partir da ação de seus professores sindicalizados. Nas ações de ajuda humanitária há o comprometimento com a intervenção do trabalho dos professores e com apoio financeiro. Neste sentido, foi demandado o apoio do ANDES-SN, por meio da Regional Norte 1. A CSP-Conlutas também está envolvida nessa corrente de ajuda humanitária. Foi lançada a campanha: “Nenhum ser humano é ilegal. Migrar é um direito”. Para cumprir um calendário de várias atividades em solidariedade aos trabalhadores venezuelanos, a CSP-conlutas encaminhou uma delegação a Roraima, nos dias 11 a 15 de junho, que juntamente com outras organizações sociais farão um diagnóstico mais acurado da situação desses trabalhadores.

Reconhece-se que as demandas são crescentes, seja no apoio a compra de material e alimentação para os refugiados, na atuação concreta de apoio financeiro ou em inúmeras atividades que demandam a atuação da sociedade. E neste contexto, a SESDUF-RR por meio de sua diretoria e de seus professores sindicalizados, está atuando em nível mais direto, por localizar-se no Estado que está sendo mais impactado por esse processo. Já foram realizadas campanhas de arrecadação de recursos financeiros, ação de apoio à venda dos artesanatos dos indígenas Warao, inclusive no 37º Congresso do ANDES em Salvador; apoio a eventos locais para venda de artesanatos e arrecadação de recursos; arrecadação de material e comida, produtos de higiene para as mulheres, material para a construção de barracas em praças públicas, entre outras ações mais urgentes.

Por verificarmos que a situação dos migrantes se agrava mais a cada dia, necessitamos da solidariedade e apoio de todo o ANDES-SN, para seguirmos atuando, no sentido de contribuirmos a minimizar essa grande fragilidade em que se encontram os trabalhadores

migrantes. Nós da SESDUF-RR conclamamos ao ANDES-SN, apoio às ações que já estão sendo desenvolvidas, assim como as que serão demandadas. A solidariedade com a classe trabalhadora é parte da nossa luta rumo à construção de um mundo mais igualitário. Portanto, políticas e ações precisam ser desenvolvidas em nível nacional, como parte da nossa solidariedade de classe. A SESDUF-RR como parte do ANDES-SN entende que é necessário que haja uma rede de solidariedade e apoio a esses trabalhadores migrantes, em que encampe a atuação de todo o ANDES-SN.

Nessa perspectiva, faz-se necessário que as Universidades e seus quadros, Seções Sindicais, regionais e a Diretoria do Andes-SN, impliquem-se com a responsabilidade de problematizar essa realidade, no sentido de lutar pela garantia de direitos dos migrantes terem uma vida mais digna em nosso País. Temos que lutar pelo acesso dos migrantes às universidades públicas e de qualidade; buscar a integração dessas pessoas nas diversas localidades brasileiras em que possamos nos fazer presentes e desenvolver ações contrárias à exploração desses trabalhadores no mercado de trabalho. Portanto, entende-se que nossa luta deve dar ênfase irrestrita a essa causa, pois os migrantes são tão vítimas quantos nós de um sistema opressor que só anseia assegurar aos donos do poder econômico os maiores lucros, mesmo que às custas da dignidade da vida dos mais vulneráveis.

TR – 24

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Articular com a CSP-Conlutas e demais organizações e entidades representativas de estudantes, trabalhadores e do movimento popular, o aprofundamento das ações de acolhimento e de inserção no mercado de trabalho dos migrantes venezuelanos, assim como, que seja reivindicado a efetivação de políticas em nível nacional, estaduais e municipais, no sentido de minimizar os problemas enfrentados por todos trabalhadores envolvidos nesse contexto.
2. Que as seções sindicais e secretarias regionais do Andes-SN, acompanhem a situação dos migrantes venezuelanos que estão sendo deslocados para outros Estados, no sentido de:
 - a) Conhecer as condições em que esses trabalhadores se encontram;
 - b) Dar visibilidade aos grupos migratórios nas cidades e regiões;
 - c) Denunciar situações análogas ao trabalho escravo.
3. Que o Andes-SN realize uma campanha de ajuda humanitária ao povo venezuelano, para contribuir com apoio financeiro nas ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito da SESDUF-RR.
4. Mobilizar as seções sindicais e secretarias regionais, a dar apoio às ações da SESDUF-RR no processo de ajuda humanitária aos migrantes indígenas, referente às políticas de escoamento dos seus artesanatos, para que tenham alternativa de renda local e não necessitem deslocarem para outros Estados do Brasil.
5. Que as seções sindicais reivindiquem nas suas universidades, possíveis medidas que minimizem a dificuldade intrínseca destes grupos migratórios, tais como cursos de idiomas específicos, gratuidade na revalidação de diplomas, vagas especiais e outras ações oriundas da realidade local.

REFERÊNCIAS

ACNUR – Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados: **Centro de Referência para Refugiados e Migrantes em Roraima.** www.acnur.br. Acesso em 26/05/2018.

GEIFRON – Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteira. **A Xenofobia Contra os Migrantes:** uma nova forma de opressão sobre a classe trabalhadora, UFRR, 2017.

LIMA, José Carlos Franco. **Migrantes em Roraima (Brasil) II:** Entre ações de acolhimento, proteção e inserção e o controle militar do fluxo migratório. Boa Vista, UFRR, 2018.

OIT – Organização internacional do Trabalho. **Relatório Global sobre os Salários 2016/17:** desigualdade salarial no local de trabalho. http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/rel_global_salarios_2016_pt_web.pdf. Acesso em: 27/05/2018.

POLICIA FEDERAL. **Refúgio.** <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/refugio/refugio-termo-de-solicitacao>. Acesso em 28/05/2018.

TEXTO 25

Contribuição da Assembleia da APUB realizada no dia 12 de junho de 2018

REPARAÇÃO É DIREITO: EM DEFESA DAS COTAS RACIAIS NOS CONCURSOS E NO SINDICATO

TEXTO DE APOIO

Considerando que o 37º Congresso do ANDES-SN deliberou “Lutar pela aplicação da Lei no 12.990/2014 (Lei de cotas no serviço público), defendendo a sua aplicação sobre o total de vagas dos editais lançados pela universidade, garantindo assim a efetiva aplicação da lei, e a mudança no perfil étnico-racial docente das instituições de ensino, no âmbito das lutas pela democratização e diminuição das desigualdades sócio-raciais”.

Considerando que as IFES têm apresentado inúmeras barreiras para efetiva aplicação da Lei nº 12.990/2014, sobretudo, com a estratégia de fragmentação dos concursos por disciplina e/ou áreas o que, na prática, inviabiliza as cotas para negras e negros;

Considerando que algumas IFES tem buscado implementar a Lei de variadas maneiras a exemplo da UFGD que garante as vagas para cotas por meio de sorteios entre o conjunto de vagas disponíveis em edital, independente da divisão por disciplinas e/ou áreas, mostrando que é possível construir alternativas que viabilizem ;

Considerando que é preciso avançar no combate ao racismo institucional nas IFES e implementar, efetivamente, a política de reparação histórica-social em relação ao povo negro;

Considerando que a luta pela diminuição das desigualdades sócio-raciais incorpora também a luta dos povos indígenas e quilombolas e que esses também lutam por reparações históricas e pelo acesso à carreira docente nas IFES;

TR - 25

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Indicar às seções sindicais, regionais e direção nacional que realizem levantamento sobre o quantitativo de professoras negras e professores negros, indígenas e quilombolas nas IFES de sua atuação;
2. Realizar seminários nas IFES para apresentação e discussão dos dados afim de organizar a luta em defesa da Lei 12.990/2014 e da sua ampliação para indígenas e quilombolas;
3. Com os dados levantados, publicar InformANDES especial sobre a temática.
4. As seções sindicais participarão, ativamente, dos processos de implementação da Lei de Cotas nas IFES pautando-se pelo princípio da democratização do acesso aos docentes negros e negras na carreira do magistério superior.
5. Aprofundar o debate nas seções sindicais sobre cotas de, no mínimo, 30% para negras e negros nas instâncias de direção do sindicato nacional, das regionais e das seções sindicais, a fim de deliberação no 38º Congresso do ANDES.

TEXTO 26

Contribuição do(a)s professore(a)s Elza Peixoto (APUB), Fernando Correa Prado (SESUNILA), Caroline Magalhães Lima (SINDUECE), Mario Mariano Ruiz Cardoso (ADUFVJM), Raquel Brito Sousa (SINDUECE), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO).

UNIR AS LUTAS PARA EMANCIPAR A CLASSE

TEXTO DE APOIO

Os governos Lula-Dilma contribuíram para o desenvolvimento *capitalista* do Brasil, aprofundando o poder do capital nas relações trabalhistas. Na atual conjuntura, a burguesia, embora evidenciando diversas fissuras internas, tem agido em bloco e sem vacilar no que se refere à retirada de direitos da classe trabalhadora. Frente a este quadro, a atualização de nosso plano de lutas demanda: i) a atualização do balanço conjuntura política e econômica imediata e o balanço atualizado da tática e da estratégia das classes trabalhadoras no enfrentamento à conjuntura; (ii) Estratégia das classes trabalhadoras e Plano de luta sindical: a necessidade de reorganização da classe trabalhadora e a luta pela Universidade Popular.

i) Conjuntura política e econômica imediata e balanço definição atualizada da tática e da estratégia das classes trabalhadoras no enfrentamento à conjuntura

Acirra-se o quadro de instabilidade política e econômica, conforme avançam os ataques da burguesia sobre a classe trabalhadora. A intervenção militar no Rio de Janeiro, a brutal execução de Marielle Franco e Anderson Gomes e a prisão política de Lula intensificaram perigosamente o curso reacionário dos acontecimentos. A política econômica entreguista, subordinada aos interesses do capital internacional, faz avançar privatizações, cortes e desvios de gastos públicos, culminando nos últimos meses em uma recessão e aumento geral de preços em decorrência da intensificação dos aumentos dos preços de combustíveis. Como reação, uma paralisação de 10 dias no setor de transportes de carga, impediu a circulação da entrega de combustíveis, paralisando por inanição todo o país. Um movimento que possibilitou à classe trabalhadora perceber a importância do sistema de transportes na cadeia produtiva e acompanhar o debate da política de preços praticada pela Petrobrás. A greve encontra apoio da população e desgasta de forma importante o Governo Temer, quando a direita sai às ruas pedindo intervenção militar.

O momento mais desafiador da conjuntura encontra a classe trabalhadora desarmada por um processo de apassivamento associado a uma generalização da desconfiança com partidos e sindicatos. A demora dos defensores da conciliação de classes a reconhecerem a falência do modelo de contenção dos trabalhadores associada à produção de transformações lentas em aliança com o capital por dentro do Estado, *torna-se importante obstáculo* para os esforços de reagrupamento das forças da classe trabalhadora no enfrentamento aos interesses do capital a que deve dedicar-se a esquerda, na medida em que restringem a tática e a estratégia à liberdade de Lula para fazer a campanha e concorrer às eleições de 2018.

ii) Estratégia das classes trabalhadoras e Plano de luta sindical: a necessidade de reorganização da classe trabalhadora e a luta pela Universidade Popular

É preciso, cada vez mais, perder as ilusões de que vamos convencer as auto-tituladas “pessoas de bem” de que ter acesso à aposentadoria é importante, de que ter direitos trabalhistas é importante, de que combater o machismo em suas diversas facetas é fundamental, de que o racismo é estrutural no país e deve ser diariamente combatido, entre tantas outras pautas.

É preciso atacar os problemas concretos da vida das pessoas. E para isso é importante pautar uma espécie de programa mínimo, que pode inclusive conter generalidades, mas que seja também um pouco mais direto na relação com a condição imediata da vida. Para ficar só no plano “econômico”, por exemplo: equacionar a questão da dívida: retomar de uma política de valorização do salário mínimo; defender a redução da jornada de trabalho sem redução salarial; lutar pela criação de mecanismos que garantam igualdade salarial para mulheres, negros e negras e LGBTs; pautar a reversão das privatizações; estatização do sistema financeiro no país; seguir na luta pela reforma agrária com novo modelo (segundo dados do último censo agropecuário, de 2006, 1% de proprietários concentram 44% das terras produtivas desse país); pautar em diferentes espaços a reforma urbana; defender a revogação de todas as medidas antipopulares do governo ilegítimo de Temer, tais como a PEC do congelamento de “gastos” sociais, a (contra)reforma trabalhista, a lei de terceirização e a entrega do pré-sal, por meio de um referendo popular; lutar por uma reforma tributária -- baseada na progressividade de renda e propriedade, além da instituição de taxaço de grandes fortunas, com cobrança de IPVA de jatinhos, helicópteros e iates; aumento da alíquota do imposto sobre herança e retomada da taxaço de lucros e dividendos; revisão da tabela do Imposto de Renda, com a criação de novas faixas e ampliando a isenção das faixas salariais mais baixas; desoneração dos produtos da cesta básica e instituição de mecanismos que controlem aumentos abusivos; garantia de uma previdência pública e universal.

No plano da **luta sindical em nossa categoria**, a luta deve caminhar em sentido semelhante: ao mesmo tempo que aponta para a denúncia de questões do cotidiano docente -- falta de infraestrutura básica para o ensino, pesquisa e extensão; corte de bolsas e verbas para atividades; precarização do trabalho docente; condições de trabalho de terceirizadas/os; assédio e desigualdade de trabalho em termos de gênero, etc. --, é preciso também conectar tais denúncias com as questões específicas de gestão e, sobretudo, com o contexto mais geral de avanço do capital sobre a educação como esfera de acumulação.

Tudo isso, claro, exige um esforço político e uma coordenação da combativa Direção Nacional do ANDES-SN junto às Seções Sindicais, tarefa tão mais necessária quanto mais difícil no contexto de desorganização da classe trabalhadora como um todo e de diversionismo interno em nossa própria categoria.

Nada está na esquina, mas tampouco se tratam de pautas alheias ao contexto imediato das pessoas e dos/as docentes. A possibilidade de que tais lutas e pautas se concretizem, claro, remete à questão do poder. No plano mais geral, é preciso construir uma nova forma de deter e exercer o poder político. Uma forma em que a representação se aproxime o máximo possível das necessidades da população. Por isso é importante o debate sobre o poder popular. Na busca de uma nova correlação de forças, é fundamental educar e organizar, em todos os espaços possíveis.

Nós, como categoria da classe trabalhadora e expressão desta, às vezes caímos numa paralisia, numa incapacidade de tocar em temas candentes, como se fossem absurdos, usando como desculpa a falsa noção de que “a correlação de forças” não permite. Muitas

vezes nota-se um cuidado excessivo em não tocar em temas fundamentais devido à correlação de forças. Mas ao mesmo tempo, para mudar a correlação de forças é preciso apontar alternativas e construí-las, mesmo que não estejam colocadas no momento imediato.

Em suma, o ponto que se busca apontar aqui é que um programa mínimo voltado à educação gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, por ser necessário, tem que ser capaz de perdurar. E para perdurar é preciso que esteja baseado em uma concepção estratégica que avance para além dele mesmo, nutrindo-se dos embates da categoria e da realidade cotidiana. Um projeto de universidade popular não se sustenta e não perdura pela forma de construção na qual o mínimo é o objetivo máximo. Daí a necessidade de pautar e construir coletivamente o Encontro Nacional da Classe Trabalhadora e dos Movimentos Populares (ENCLAT), visando estabelecer um novo patamar de organização da classe trabalhadora.

TR - 26

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Dar continuidade ao processo de reorganização da classe na perspectiva de construção do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT), entendido não apenas como um evento, mas como um processo amplo e necessário na atual conjuntura.
2. Pautar no GTPE a realização de seminário nacional sobre universidade popular, com participação do movimento estudantil, movimentos sociais (povos originários, quilombolas, MTST, etc.), movimentos culturais, sindicatos, etc., dando seguimento à resolução aprovada no 33º Congresso no sentido de que “o ANDES-SN deve incorporar-se ao debate nacional sobre universidade popular na busca de fortalecer os laços do Movimento Docente com os movimentos sociais”.

TEXTO 27

Contribuição da Diretoria da ADCEFET-RJ: Marisa Brandão Rocha, Mariana Vitor Renou, Keila Lúcio de Carvalho, Vanessa de Oliveira Brunow, Cristiane Rosa Magalhães, Thomaz Estrella de Bettencourt, Renata Rufino da Silva e Renato Domingues Fialho Martins; e o Conselho de Representantes da ADCEFET-RJ: João Terêncio Dias, Marta Máximo Pereira, Valena Ribeiro Garcia Ramos, Leonardo de Bem Lignani, Maicon Jeferson da Rocha Azevedo, Leonardo Diniz do Couto, Diego Casais Moreira, Taís Silva Pereira, Rômulo Cesar Pereira de Castro, Thiago Rodrigues da Silva, Caroline Araújo Bordalo, Maria Aparecida Gonçalves Martinez, André Franklin Palmeira, Ricardo Alexandre Amar de Aguiar e Rafael Mello Barbosa.

PELO FIM DO PONTO ELETRÔNICO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

TEXTO DE APOIO

No que se refere às instituições federais, o quadro de sindicalizados do ANDES-SN comporta docentes das carreiras MS (Magistério Superior) e EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico). Enquanto a primeira carreira está majoritariamente vinculada às universidades federais, a segunda, predominantemente, está associada às unidades de ensino básico/ técnico.

Historicamente, o ANDES-SN assumiu um compromisso pela luta da “carreira única para os docentes em todas as instituições de ensino superior”. Essa posição política correta tem sido reafirmada em todos os últimos congressos e esteve presente na atuação sindical cotidiana da nossa entidade.

A lei federal nº 11.784/ 2008 criou a carreira EBTT e teve por objetivo regulamentar a carreira docente nas instituições federais de ensino básico/ profissionalizante, tais como aquelas da rede IFET (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), os CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) e o Colégio Pedro II. Entretanto, quase todas as instituições IFET/ CEFET ofertam também cursos de nível superior (graduação e pós-graduação). Isso criou uma confusão entre as carreiras MS/ EBTT nestas instituições.

Do ponto de vista da atuação profissional, não existe qualquer diferença entre as duas carreiras. Em ambas as carreiras, os docentes atuam no ensino, pesquisa e extensão. Na prática, há docentes EBTT que atuam somente no ensino superior (graduação e pós-graduação) e existem aqueles que, simultaneamente, desempenham suas atividades tanto no ensino superior quanto no ensino básico tecnológico.

Paralelo às questões levantadas acima, sabe-se que existem algumas instituições de ensino técnico profissionalizante que adotaram o controle da frequência do docente através de dispositivos eletrônicos. Entendemos que o controle de ponto eletrônico é incompatível com as instituições federais de ensino. A dispensa do ponto eletrônico para os trabalhadores da educação se fundamenta no reconhecimento do papel social das instituições públicas de ensino e na especificidade do trabalho nelas desenvolvidas. Todos os trabalhadores da educação realizam um trabalho intelectual de produção e transmissão de informações, técnicas, tecnologias, conhecimentos e saberes, envolvendo, para isto, três processos – o ensino, a pesquisa e a extensão. Este tripé (ensino, pesquisa e extensão) compreende não só o trabalho docente e dos demais profissionais da educação, mas o próprio objetivo de uma instituição escolar.

O Decreto 1.867/ 1996 dispõe que “*são dispensados do controle de frequência os ocupantes de cargos (...) de Professor da Carreira de Magistério Superior*”. O decreto citado, portanto, reconhece a natureza distinta do ofício do docente que, em função de suas particularidades, não deve ser submetida ao controle de ponto. A sala de aula não esgota todas as atividades do professor, pois o exercício profissional também se realiza em atividades de campo, de extensão, no planejamento das aulas, correções de avaliações, em pesquisas científicas fora do campus, entre outras.

Um parecer da Advocacia Geral da União (AGU), referente ao acordo de greve do ano de 2015, estendeu a dispensa de controle de ponto aos docentes EBTT por entender que as duas carreiras possuem naturezas profissionais semelhantes (Ofício SEI nº 23540/2015-MP de 18/11/2015). Na circular 162/ 2014, o nosso sindicato ANDES-SN defendeu que a carreira EBTT é regida pela mesma norma da carreira MS (Lei nº 12.772/ 2012), e deve, por via de consequência, e por respeito ao preceito constitucional da isonomia, ser submetida ao mesmo regime de prerrogativas, direitos e atribuições. Assim, o ANDES-SN entende que é ilegal qualquer ato que vise a imposição de controle de jornada laboral via ponto eletrônico para os membros da carreira EBTT.

A despeito de todos os dispositivos jurídicos afirmarem o contrário, o controle de frequência por ponto eletrônico tem avançado em algumas instituições e, conseqüentemente, tem sido acompanhado de prejuízos ao trabalho profissional. O CEFET/ RJ – instituição dos autores deste artigo – é um caso particular e evidente, mas não o único no país. Em decorrência da implementação do ponto eletrônico, surgem situações absolutamente ilógicas – por exemplo, no mesmo curso/ colegiado, os docentes da carreira MS estão dispensados do ponto eletrônico, enquanto os docentes EBTT, não. Coerente com as opções políticas e posturas sindicais assumidas, o ANDES-SN deve permanecer na luta pela unificação das carreiras docentes de instituições federais. Na sua prática sindical, deve travar a luta para cumprir tal tarefa, isto envolve a luta pela regulamentação, via decreto, da isonomia entre a carreira do MS e EBTT em relação à isenção do controle de ponto, com vistas à carreira única.

TR - 27

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

- 1.** Promover uma articulação política nacional que aponte para a equiparação da dispensa do ponto eletrônico para as carreiras docentes federais de Magistério Superior (MS) e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT);
- 2.** Realizar esta articulação política nacional com o SINASEFE, e demais instituições interessadas, sensíveis e solidárias a esta questão;
- 3.** Lutar pela regulamentação, via decreto, da isonomia entre a carreira do MS e EBTT em relação à isenção do controle de ponto, com vistas à carreira única, que garanta a segurança necessária para o exercício profissional por parte dos docentes EBTT nas mesmas condições dos docentes MS, livres do controle por ponto eletrônico.

TEXTO 28

Contribuição do(a)s professore(a)s Deborah Fontenelle (diretoria Asduerj), Rosineide Freitas (conselho de representantes Asduerj), Rodrigo dos Reis (diretoria Asduerj), Lia Rocha (conselho de representantes Asduerj), Ana Carolina Feldenheimer (diretoria Asduerj), Guilherme Vargues (diretoria Asduerj), Dario Souza e Silva (diretoria Asduerj), Frederico Irias (diretoria Asduerj), Guilherme Abelha (diretoria Asduerj).

TRABALHO DE BASE E FORMAÇÃO DE GTS LOCAIS

TEXTO DE APOIO

O Andes-SN, enquanto entidade autônoma em relação a partidos políticos, tem sua atuação pautada na organização pela base. Neste sentido, há o entendimento de que todas as questões referentes ao trabalho acadêmico e ao movimento docente não estão desvinculadas da realidade social que nos rodeia e, por este motivo, o diálogo com outros trabalhadores e a ação acerca das diferentes facetas da sociedade se fazem necessários.

É neste intuito que os grupos de trabalho são formados, buscando, para além da discussão de temas como educação, ciência e tecnologia, sindicalismo e organização de classe, abordar também questões relacionadas às políticas agrária, urbana e ambiental, assim como à classe, etnia, gênero e diversidade sexual. Atualmente são 11 os grupos de trabalho que se debruçam sobre estes temas: 1) Política de Formação Sindical; 2) Política Educacional; 3) História do Movimento Docente; 4) Carreira; 5) Ciência e Tecnologia; 6) Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria; 7) Verbas; 8) Fundações; 9) Políticas de Classe, Questões Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual; 10) Política Agrária, Urbana e Ambiental; 11) Comunicação e Arte. Através de suas reflexões e atuações esses grupos de trabalho acabam por subsidiar a diretoria em debates e ações.

Estamos vivenciando, nos últimos anos, um forte e crescente ataque aos direitos não só dos trabalhadores, como também aos direitos humanos em geral. O desmonte da educação não ocorre de forma isolada, vem acompanhado de inúmeras iniciativas em diversas áreas que comprometem nossa prática docente e nossas vidas. Em tempos de retrocessos é preciso ampliar o diálogo e congregar as lutas. Por este motivo, a mobilização precisa ser intensificada. Apesar de sua importante atuação e participação nas lutas nacionais, ainda percebemos uma grande demanda por trabalho de base no interior do sindicato, em diferentes escalas, a fim de politizar a categoria e inseri-la nas diferentes lutas.

Neste sentido, este texto de resolução tem como objetivo contribuir para o fortalecimento e intensificação do trabalho de base do Andes-SN através da criação e atuação dos GTs locais. Entendemos que o caminho para a transformação da sociedade passa pela ação em diferentes escalas e que, cada vez mais, se faz necessário atuar em escala local. O incentivo à criação de GTs locais nas seções sindicais, vinculados aos GTs nacionais, além de servir como instrumento de construção de trabalho de base, pode contribuir para ampliar sua representatividade junto ao Andes-SN.

TR - 28

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

- 1.** Que o Andes-SN incentive as seções sindicais que ainda não possuem a criarem seus GTs locais e fortaleça os que já existem, a exemplo e associado aos GTs nacionais, como forma de intensificar o trabalho de base em cada estado, ampliar a representatividade da base e aproximá-la do sindicato nacional;
- 2.** Que o GTPFS organize curso de formação, através das suas regionais, direcionado às seções sindicais a fim de fomentar a criação dos GTs locais naquelas seções que ainda não possuem;
- 3.** Que as seções sindicais que implementarem GTs locais enviem relatório ao GTPFS acerca de sua atuação a fim de que esse possa elaborar um balanço da iniciativa a ser apresentado no 38º Congresso do Andes.

TEXTO 29

Contribuição do(a)s professore(a)s David Itonaga, Márcia Marzagão Ribeiro, Maria Regina Ferreira da Costa e Paulo de Oliveira Perna

A LUTA DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR CONTRA OS AGROTÓXICOS

TEXTO DE APOIO

Em dias tão significativos em que vivemos, onde o contraste do social e do ambiental são cenas de terror vivas, tamanha devastação causada pelo agronegócio e outras políticas capitalistas do atual governo. O Ministério Público, Universidades, Movimentos sociais e estudantis, sindicatos e outras federações e associações vem travando uma luta sem fim para minimamente, reduzir os patamares alarmes do uso de agrotóxicos no País, que nos confere o título de maiores consumidores do mundo. Para isso inicia-se uma luta no segundo maior estado consumidor de agrotóxicos do Brasil, o Paraná. Com a caracterização de tamanha quantidade de agrotóxicos que entra em todo o agroecossistema e, estando o GTPAUA-APUFPR-SSIND (Grupo de Estudos de Políticas Agrárias, Urbanas e Ambientais), discutindo este tema com os docentes, temos a incumbência de orientar algumas práticas para que haja em curto prazo de tempo, uma redução do uso de agrotóxicos no estado e conseqüentemente no País. Para que ocorra a redução do uso, a pulverização aérea deve ser proibida e/ou, fiscalizada com eficiência. A deriva causada na pulverização aérea contamina por parcela atores da sociedade civil, suas terras, ar, água e solo. Em novembro de 2017 o Ministério Público do Trabalho, juntamente com o IBAMA iniciaram a operação Deriva II, que consiste em uma apuração das condições das aeronaves e dos agrotóxicos e formas que são utilizados, para antes de proibir, coibir os exageros e o uso indevido. A operação obteve 2,7 milhões em multas aplicadas, tamanhas as irregularidades. Para que as minorias não sejam desrespeitadas no seu direito de escolha de consumir, ou não, diretamente tais substâncias (7 litros per capita), para que o rastreamento das intoxicações crônicas e agudas através dos órgãos públicos seja denunciada, para que a agroecologia tenha os mesmos incentivos que o agronegócio a luta precisa continuar. A saúde perde, o tratamento de saúde geralmente para uma vida toda, quando em casos crônicos, tamanhos danos ocorridos. O meio ambiente perde, pois, os laudos não são feitos e as moléculas presentes na água e no solo não podem ser rastreadas, recaindo para terceiros, estas obrigações que seriam do mantenedor da marca. A riqueza natural do País é convertida em negócio para a corrupção e, não em benefícios sociais. Enquanto isso, os benefícios fiscais para a entrada dos agrotóxicos no País, fomenta o uso indiscriminado e conseqüentemente as contaminações, sem que esta seja de imediato evidenciada, mediante os entraves existentes. Na campanha para a redução do uso de Agrotóxicos iniciada em 2017 no Paraná, O PRONERA (Programa Estadual de Redução de Agrotóxicos) teve um manifesto em seu apoio e contou com a assinatura de inúmeros movimentos sociais, pesquisadores e instituições que se apropriaram da causa em prol de uma mudança, a curto e médio prazo, no que tange a legislação dos Agrotóxicos, travando a discussão com

a saúde pública e do trabalhador, sendo que a situação atual, encontra-se caótica. No entanto o PRONERA ainda não foi aprovado. No período de 2010 a 2015, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), em média, 753 casos por ano de intoxicação por agrotóxicos no Paraná. Estudo deste ano, de pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fiocruz, apontou para a associação entre as malformações congênitas e a utilização de agrotóxicos em monoculturas do estado. O CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) redigiu um documento endereçado ao governador do estado pedindo providências já que dos 50 agrotóxicos mais utilizados no Brasil 22 são proibidos em outros países da Europa. A Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) em seu dossiê com 628 páginas, transcorre longamente sobre as consequências do uso de agrotóxicos e demonstra que o caminho a se trilhar cientificamente já foi trilhado, agora o caminho que se mostra é político, e precisa ser conquistado, para que tamanha produção de argumentos, não seja perdida sem providências tomadas. Em São Paulo, novembro de 2017, foi disponibilizado online, um documento de mais de 600 páginas intitulado “A geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a UE”, pela professora Larissa Bombardi da USP, aponta que a contaminação da água é o que mais chama a atenção, com a lei brasileira permitindo limite 5 mil vezes superior ao máximo que é permitido na água potável da Europa. No caso do feijão e da soja, a lei brasileira permite o uso no cultivo de quantidade 400 e 200 vezes superior ao permitido na Europa. De acordo com os órgãos de controle em 2008 foram utilizadas 98 mil toneladas e em 2015, 320 mil toneladas, sendo este aumento enfreado até 2017. O projeto de extensão da UFPR, Observatório do uso de agrotóxicos e suas relações com a saúde humana e meio ambiente, tem acolhido denúncias que são encaminhadas ao Ministério Público, para que sejam tomadas as devidas providências. Com o intuito de reforçar a idéia de se fazer um seminário nacional em Curitiba do GTPAUA com o Tema segue como forma de enfrentamento e continuidade da luta.

TEXTO 30

Contribuição do(a)s professore(a)s Adriana Gomes (SESDUFRR) Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Antônio Luis da Silva Sousa (SINDCEFET-PI), Aritana Dutra (SINDCEFET-PI), Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE), Aureir Alves de Brito (ADUNEMAT), Daniel Sólon (ADCESP), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Egmar Souza (SINDCEFET-PI), Gelta Xavier (ADUFF), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Marconis Fernandes Lima, (SINDCEFET-PI), Marcelo Barreto (ADUFEPE), Milton Mauad de Carvalho Camera Filho (ADUNEMAT), Patrícia Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Furtado (ADUFES), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Romildo Araújo (ADUFPI), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Sergio Darwich (SINDUEPA), Tomaz Boaventura (ADUFMAT), Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADLESTE)

ABAIXO ORTEGA! FORA DITADOR ASSASSINO!

TEXTO DE APOIO

Quando, em 18 de abril de 2018, estudantes nicaraguenses começaram a se mobilizar nas ruas do país para protestar contra a reforma da Previdência Social em apoio aos aposentados, ninguém podia dizer que esse movimento se transformaria numa verdadeira revolta popular contra o governo de Daniel Ortega, da vice-presidente (e sua esposa) Rosario “Chayo” Murillo e da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

A reação do governo às primeiras mobilizações foi brutal. A polícia reprimiu violentamente os estudantes usando armas de fogo, ajudada pelos grupos armados da Juventude Sandinista e as chamadas “turmas sandinistas”, grupos paramilitares ligados ao governo. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) contabiliza, até agora, 76 mortos pelas forças de repressão e centenas de feridos e presos.

A repressão teve efeito inverso: os estudantes ocuparam as universidades e as escolas técnicas; foram erguidas barricadas nos bairros populares; a população reagiu com armas improvisadas, prédios públicos foram incendiados e as manifestações se multiplicaram nas principais cidades, sendo que a jornada mais expressiva chegou a reunir mais de 200 mil pessoas em todo o país.

O governo recuou da reforma da Previdência, mas as mobilizações passaram a ter um objetivo mais importante: derrubar o governo ditatorial. A palavra de ordem central de todas as manifestações passou a ser “Fora Ortega!”.

O presidente está tratando de salvar o seu governo desmobilizando a luta por meio de um “diálogo” nacional proposto pela Conferência Episcopal da Nicarágua (CEN) e pelo Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP), a principal organização da burguesia nicaraguense. Ambas organizações não colocam como condição a saída da família Ortega do poder. No entanto, o diálogo não é o objetivo de Ortega, mas sim tentar ganhar tempo para esmagar o movimento estudantil e popular e conservar o seu poder.

A situação da Nicarágua e a luta popular para derrubar a ditadura do casal Ortega e da FSLN divide águas na esquerda. A chamada esquerda bolivariana mais extremada afirma que a revolta popular seria articulada pela CIA e pela direita nicaraguense com o objetivo de desestabilizar mais um governo progressista, a exemplo da Venezuela e do pretense golpe no Brasil.

Nada mais falso! O governo Ortega é uma ditadura sanguinária, exploradora e entreguista do país ao imperialismo. Por isso, toda a esquerda latino-americana está obrigada a escolher um lado: ou com a heroica luta do povo nicaraguense contra a repressão e a exploração ou com uma ditadura que tenta se esconder atrás de uma falsa fachada progressista. O Andes deve ter um lado: o dos estudantes, camponeses e trabalhadores que estão lutando nas ruas.

TR - 30

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

Fora Ortega e Rosario! Todo poder aos trabalhadores e estudantes livremente organizados

Sem a queda do governo não há possibilidade de conquista das liberdades democráticas reais que garantam inclusive a preservação das vidas dos lutadores. Por isso não é possível nenhum diálogo com a ditadura, a tarefa urgente na Nicarágua é derrubar o regime de Daniel Ortega e Rosario Murillo.

TEXTO 31

Contribuição do(a)s professore(a)s Adriana Gomes (SESDUFRR) Ana Luiza Pereira (ADUFSCAR), Antônio Rodrigues Belon (ADLESTE), Antônio Luis da Silva Sousa (SINDCEFET-PI), Aritana Dutra (SINDCEFET-PI), Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE), Aureir Alves de Brito (ADUNEMAT), Daniel Sólon (ADCESP), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Egmar Souza (SINDCEFET-PI), Gelta Xavier (ADUFF), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Marconis Fernandes Lima, (SINDCEFET-PI), Marcelo Barreto (ADUFEPE), Milton Mauad de Carvalho Camera Filho (ADUNEMAT), Patricia Andrade (SINDCEFET-PI), Raphael Furtado (ADUFES), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Romildo Araújo (ADUFPI), Sandra Bernadete da Silva Moreira (ADUFPA), Sergio Darwich (SINDUEPA), Tomaz Boaventura (ADUFMAT), Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADLESTE)

FORTALECER A CAMPANHA BOICOTE, DESINVESTIMENTO E SANÇÕES (BDS) A ISRAEL

TEXTO DE APOIO

A campanha de boicote a Israel, lançada em julho de 2005 e conhecida pela sigla BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) a favor do povo palestino se intensifica e se fortalece mundialmente. Hoje Israel enfrenta o maior isolamento político internacional de toda sua história, situação que, sem dúvidas, deu um salto qualitativo com o repúdio mundial que provocaram as atrocidades perpetradas em Gaza.

A campanha de solidariedade internacional, na forma de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) veio de uma maioria esmagadora de sindicatos e organizações da sociedade civil palestina e está sendo abraçada por cidadãos de consciência e movimentos sociais em todo o mundo. A iniciativa BDS chama a isolar efetivamente Israel e seus cúmplices no âmbito empresarial, acadêmico e das instituições culturais, assim como as companhias que obtenham lucros com as violações dos direitos humanos e com políticas ilegais, enquanto continuem estas políticas.

Esta campanha de boicote a Israel foi abraçada por artistas e acadêmicos norte-americanos e teve uma expressão importante na decisão dos atores Meg Ryan e Dustin Hoffman de não participar de um festival de cinema deste país. Vários músicos como Elvis Costello e The Pixies suspenderam apresentações em Israel. O físico inglês Stephen Hawking, falecido em março de 2018, aderiu ao boicote acadêmico a Israel. Roger Waters, baixista do Pink Floyd também declarou apoio à campanha.

Recentemente, o cancelamento do amistoso que estava marcado para 9 de junho de 2018, em Jerusalém, entre as seleções de Israel e Argentina representou uma importante vitória do movimento BDS (boicote, desinvestimento e sanções). Merece ser celebrada como o que é: um “olé” no apartheid, um gol de placa contra a ocupação e a colonização sionistas. Simboliza mais do que isso: o declínio do sionismo em todo o mundo.

Expressão disso é o acúmulo de vitórias do BDS a Israel no último período. Nesse rol, o cancelamento de shows de artistas como os cantores brasileiros Gilberto Gil – após três anos de recusa em atender aos apelos do movimento em solidariedade ao povo palestino –, Linn da Quebrada, a colombiana Shakira e a uruguaia Natália Oreiro. Antes disso, vários diretores, inclusive brasileiros, cancelaram sua participação no Festival

Internacional de Cinema LGBT de Tel Aviv. Igual postura assumiu o dramaturgo português Tiago Rodrigues, que participaria do Festival Israel em Jerusalém.

O declínio do sionismo se aprofunda nos 70 anos da Nakba – a catástrofe palestina com a criação do Estado de Israel em 15 de maio de 1948 mediante limpeza étnica. Dois acontecimentos catalisam esse alcance: o massacre israelense durante a Grande Marcha do Retorno e a transferência da Embaixada dos Estados Unidos de Tel Aviv para Jerusalém, capital histórica da Palestina. A limpeza étnica segue e intensifica a indignação. A morte da jovem enfermeira, Razan al-Najjar, em maio de 2018, enquanto tentava prover cuidados a feridos por franco-atiradores israelenses em protesto em Gaza no dia 1º de junho, foi mais um elemento a potencializar o que já está em ebulição. Sem poder conter uma resistência heroica que insiste em não ser sufocada, Israel mostra sua verdadeira face colonial e genocida: assim, coleciona derrotas políticas, que têm nas vitórias do BDS importante vitrine ao mundo.

A resposta israelense é sintomática dessa queda e de como a solidariedade internacional é fundamental para aprofundá-la. O Knesset vem aprovando leis visando criminalizar o BDS, como a que proíbe ações por boicote pelos que vivem onde hoje é Israel e, em julho de 2017, a que barra a entrada de ativistas e simpatizantes na Palestina ocupada. No mundo, países europeus e os Estados Unidos também buscam restringir a campanha. E apoiadores do movimento são denominados de antisemitas, uma já desgastada distorção sionista para silenciar vozes críticas.

Compreendemos que a iniciativa BDS é uma estratégia moral que demonstrou seu potencial. O Deutsche Bank alemão se converteu na última de várias instituições financeiras europeias e fundos de pensão importantes a desinvestir no fabricante de armas israelense Elbit Systems. Importantes cadeias de supermercados italianas anunciaram o boicote de produtos de assentamentos israelenses ilegais.

O peso qualitativo do boicote sindical

Nos últimos tempos se fortaleceram medidas de boicote sindical importantes no País Basco, Irlanda, Grã-Bretanha, Bélgica, Índia, África do Sul, Suécia e Estados Unidos. Pela primeira vez na história um navio israelense não pôde descarregar em um porto dos EUA, o de Oakland, na Califórnia, pela ação conjunta de organizações anti-sionistas e ativistas de um sindicato dos trabalhadores portuários. Acreditamos que isto aponta para um salto qualitativo na campanha mundial. Existem muitas mostras claras disto.

O principal sindicato britânico de funcionários públicos, UNISON, com 1,4 milhões de filiados, votou em seu congresso, em 29 de junho de 2010, somar-se à campanha BDS, com medidas de boicote econômicas, culturais e inclusive desportivas, além disso, rompeu relações com a central patronal-sindical israelense, Histadrut e exigiu ao governo a expulsão do embaixador israelense.

Além disso, os sindicatos bascos têm acordo em denunciar publicamente a todas as instituições bascas e companhias que dão prioridade a seus interesses econômicos e políticos às custas dos direitos do povo palestino ou que trabalhem ou legitimem a ocupação colonial da Palestina. Os sindicatos bascos colocaram como objetivo da campanha obrigar Israel a acabar com a ocupação militar da Palestina, a paralisação e destruição do muro na Cisjordânia; acabar com o sistema de discriminação racial, suspensão total e definitiva do bloqueio a Gaza, reconhecimento do direito de regresso dos refugiados.

Ganhar as ruas com o boicote exigindo a ruptura de relações

Acreditamos ser fundamental impulsionar com todas as nossas forças a campanha BDS contra Israel e em defesa do povo palestino, pondo como principal objetivo imediato a suspensão incondicional do bloqueio a Gaza. E chama a somar-se todas as forças humanitárias, democráticas, operárias e populares, que não queiram ser cúmplices por indiferença dos novos e terríveis sofrimentos que a besta sionista ameaçada impõe aos palestinos.

É necessário ganhar as ruas, fazendo marchas, atos e todo tipo de mobilizações, exigindo aos governos de todo o mundo a ruptura de relações com o governo israelense e a anulação de todos os tratados comerciais como o que foi assinado recentemente entre o MERCOSUL e o estado sionista.

Acreditamos que as medidas que já estão sendo implementadas nesta campanha, em especial as ações das organizações sindicais, ajudam a avançar na direção do que consideramos a única saída de fundo, a destruição de Israel e a construção de um estado palestino laico, democrático e não racista em todo o território da Palestina. O monstro sionista está ferido e debilitado! É o momento de redobrar a campanha de boicote a Israel!

TR - 31

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

Que o Andes se integre à campanha Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), divulgando e incentivando a mesma em suas bases. Nenhuma parceria seja acadêmica, artística ou de qualquer espécie com o Estado assassino de Israel!

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores

TEXTO 32

Contribuição do(a)s professore(a)s Rosineide Freitas (conselho de representantes Asduerj), Deborah Fontenelle (diretoria Asduerj), Rodrigo dos Reis (diretoria Asduerj), Lia Rocha (conselho de representantes Asduerj), Ana Carolina Feldenheimer (diretoria Asduerj), Guilherme Vargues (diretoria Asduerj), Dario Souza e Silva (diretoria Asduerj), Frederico Irias (diretoria Asduerj), Guilherme Abelha (diretoria Asduerj).

ATUAÇÃO NA LUTA POR JUSTIÇA PARA MARIELLE FRANCO E CONTRA A INTERVENÇÃO FEDERAL MILITAR

TEXTO DE APOIO

Passados três meses da execução sumária da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes, a inteligência da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro ainda nada declarou sobre a solução do caso e, como consequência, os responsáveis pelos crimes seguem impunes. A execução ganhou repercussão internacional, sendo considerada crime político, e diferentes atores sociais e organizações passaram a atuar na campanha por justiça para Marielle e Anderson, como exemplo a Anistia Internacional. A Anistia é uma organização e movimento global que, desde 1961, realiza campanhas e ações em defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo. No Brasil a organização tem protagonismo em diferentes ações que denunciam e exigem justiça nos casos de violações dos direitos humanos e abuso de poder do Estado no que se refere a segurança pública. Há mais de um mês lançou a campanha: “Justiça para Marielle!”, que busca assinaturas para uma petição encaminhada diretamente às autoridades do Estado do Rio de Janeiro, cobrando respostas ao assassinato de Marielle e Anderson. A organização ratifica que

“Estamos vivendo um contexto de violência recorrente contra defensores de direitos humanos no Brasil. O padrão de resposta das autoridades tem sido de não investigação e impunidade de crimes cometidos contra defensoras e defensores de direitos humanos. **Nós temos o poder de fazer pressão para que este crime não fique sem resposta.**” (site: anistia.org.br, Campanha: Ação urgente: Justiça para Marielle!).

Na ocasião da elaboração deste texto de apoio, a campanha “Justiça para Marielle!” conta com mais de 55.329 assinaturas (pessoas que preencheram a petição) envolvendo, além do Brasil, países como Argentina, Portugal, Espanha e Suécia. Assim, é de suma importância que o Andes-SN, sindicato de luta e articulado às ações para além da defesa da educação pública e da sua classe, se junte à esta ação exercendo também pressão por justiça para Marielle e Anderson, como símbolo de luta contra a violência política e o imobilismo e impunidade do Estado.

Toda a repercussão do caso Marielle Franco e Anderson Gomes se deu não só pela brutalidade e circunstância de como ocorreu o crime, mas pelo reconhecimento da atuação, trajetória e futuro promissor que a militante, mulher negra, favelada, lésbica, Marielle Franco encarnava enquanto figura pública e integrante do legislativo do município do Rio de Janeiro. Com importante atuação na Comissão de Direitos Humanos da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), caracterizada por sua prontidão,

sensibilidade e firmeza nos casos de violação do Estado e dos crimes atribuídos a ele, Marielle se lançou nas eleições de 2016, sendo a quinta candidata com maior número de votos, eleita com mais de 46 mil. Teve seu mandato, ou como suas/seus assessoras/es falam, sua Mandata Coletiva, interrompida com pouco mais de 1 ano, tempo curto mas que deixou um legado igualmente reconhecido e publicizado pelos diferentes movimentos sociais e organizações de direitos humanos, de mulheres e LGBTIs. Suas bandeiras de luta e as ações encampadas pela sua Mandata expressam e dialogam com as bandeiras de lutas e ações daqueles e daquelas que compõem o campo da esquerda e progressista, por defenderem os direitos da classe trabalhadora e por anunciarem emergente uma sociedade livre de preconceitos e exclusões, seja pela raça, classe, gênero ou orientação sexual.

Assim, construir ações que deem visibilidade às suas bandeiras de luta e ao legado parlamentar como estratégias de trabalho de base e sensibilização para as lutas que estão por vir devem compor o rol de atuação do Andes-SN junto à sua base. Considerando que vivemos um aprofundamento do golpe jurídico-parlamentar e midiático de 2016, com perda de direitos históricos e desinvestimento na educação, que experimentamos um avanço do conservadorismo de forma organizada, como o Movimento Escola Sem Partido, reafirmar bandeiras antirracistas, antimachistas, anti-lgbti-fóbicas, resgatar o sentido das políticas públicas como garantidoras de direitos à classe trabalhadora, assim como o sentido do Estado como agente responsável por promover estas políticas e o bem comum, devem ser práticas assumidas como estratégia para o necessário trabalho de base.

Próximo de se completar quatro meses (no momento da elaboração do presente texto) da assinatura do Decreto-Lei que institui a Intervenção Federal e Militar na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro (Nº 9.288), o Observatório da Intervenção do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) aponta que os indicadores dos níveis de segurança do Estado continuam preocupantes no que se refere às operações policiais violentas, violações dos direitos de moradores de favela, corrupção, mortes de civis e policiais. Ainda não foram apresentadas as “medidas emergenciais e estruturantes” no intuito de “diminuir progressivamente os índices de criminalidade e fortalecer as instituições da área de segurança pública do Rio” (Jornal do Brasil, matéria em 27 de abril de 2018). No entanto o Governo Federal diz destinar 1,2 bilhões para esta intervenção, o mesmo governo que aprovou a Emenda Constitucional 95 que, afinal, significará cortes em pastas como educação e saúde com o discurso de que era preciso diminuir a máquina pública.

Se faz necessário, em tempos de aumento do financiamento do Estado para a manutenção dos lucros de empresários e rentistas, a denúncia do excessivo gasto em políticas fracassadas de segurança pública, que só aumentam a militarização da vida, reafirmam o abuso de poder de militares, e deixam na obscuridade os casos de assassinatos tal como o da Vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes. Ela própria, dias antes de ser executada, foi nomeada relatora da Comissão da Câmara dos Vereadores para acompanhamento da Intervenção Federal Militar no Rio, tendo o compromisso de fiscalizar o poder público, visitar territórios, colher dados, solicitar informações, convocar reuniões e acompanhar denúncias, tornando pública sua visão contrária a intervenção por se tratar, no fim, de ampliação da militarização da vida, principalmente para os/as moradores/as de favelas e periferias.

Por fim, é preciso salientar que ao conjugar num só texto ações que tratam do caso Marielle Franco e da Intervenção Federal Militar no Estado do Rio buscou-se, por um lado, ratificar que cabe ao General Braga Netto, do Comando Militar do Leste, interventor da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, respostas ao caso. E, noutra medida, reafirmar que a atuação de Marielle na mandata, enquanto relatora, e nos diferentes

espaços de militância, em nada coadunaram com o decreto de Intervenção Federal e Militar, do contrário, à revelia deste cenário sua atuação seguiu denunciando os casos de abuso de poder militar nas favelas.

TR - 32

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Que o Andes-SN se una de forma intensiva à Anistia Internacional e ao conjunto de militantes de todo o Brasil exigindo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, do General Braga Netto, do Comando Militar do Leste, e das justiças estadual e federal, respostas quanto à execução da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes, fazendo-se justiça quanto aos executores e mandantes;

2. Que se criem materiais de divulgação nos meios de comunicação do Andes-SN em prol de uma campanha nacional de resgate e visibilização das bandeiras de lutas e ações parlamentares encampadas pela vereadora Marielle Franco e da sua *Mandata Coletiva* com vistas a formação de base e articulação com as lutas e campanhas encaminhadas pelos diferentes GTs do sindicato, tendo como data de orientação para o lançamento da campanha 14 de setembro, data que marcará 6 meses da execução de Marielle Franco e Anderson Gomes;

3. Que o Andes-Sn retome a denúncia da farsa da Intervenção Federal Militar no Estado do Rio de Janeiro, produzindo material que evidencia o alto custo da intervenção e sua falha enquanto ação que impactaria positivamente a segurança pública no Estado, com a perspectiva de evitar que essa ação do Governo Federal sirva de espelho para outros Estados.

TEXTO 33

Contribuição do(a)s professores(a)s Ada Raquel Teixeira Mourão (ADUFPI), Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI), Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Alessandra Carrijo (ADUNIOESTE), Ana Carolina Galvão Marsiglia (ADUFES), Ana Jovina Oliveira Vieira de Carvalho (ADUNEB), Ana Margarete Gomes da Silva (ADUNEB), Ângela Maria Camargo Rodrigues (ADUNEB), Antônio Joaquim Rodrigues Feitosa (ADUFPB), Cássia Hack (SINDUFAP), Cecília Maria Mourão Carvalho (ADUNEB), Celi Taffarell (APUB), Cláudio Lira (APUB), Cosme Uilson Ferreira de Carvalho (ADUNEB), Cristiane Gomes Ferreira (ADUNEB), Domingos Sávio Garcia (ADUNEMAT), Edineiram Marinho Maciel (ADUNEB), Edite de Faria (ADUNEB), Eduardo Forneck (APROFURG), Elília Camargo Rodrigues (ADUNEB), Eudes Baima (SINDUECE), Fábio Venturini (ADUNIFESP), Flávia Lorena de Souza Araújo (ADUNEB), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Gilberto Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Helder Molina (ASDUERJ), Jaaziel de carvalho Costa (ADUFPI), Janeide Bispo dos Santos (ADUNEB), José Ricardo Moreno Pinho (ADUNEB), José Tarcísio Lima (ADUFLA), Jurandir Gonçalves Lima (ADUFPI), Leni Hack (ADUNEMAT), Liana Gonçalves Pontes Sodré (ADUNEB), Liliam Faria Porto Borges (ADUNIOESTE), Lisleandra Machado (APESJF), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Gonzaga Falcão Vasconcelos (ADUFU), Luiz Rojo (ADUFF), Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho (ADUNEB), Maira Portofé de Mello (ADUNEB), Maria Almeida de Oliveira (ADUNEB), Maria Geovanda Batista (ADUNEB), Maria Nalva Rodrigues de Araujo Bogo (ADUNEB), Marize Carvalho (APUB), Marcelo Neves Costa (ADUNEB), Márcio Alexandre da Silva Pinto (ADUFU), Marcos Luciano Lopes Messeder (ADUNEB), Núbia dos Reis Ramos (ADUNEB), Osmar Moreira dos Santos (ADUNEB), Paulo Humberto Porto Borges (ADUNIOESTE), Mairton Celestino da Silva (ADUFPI), Marco Aurélio Gomes de Oliveira (SESDUFT), Marcos Arcoverde (ADUNIOESTE), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Marluce Freitas de Santana (ADUNEB), Paulino Orso (ADUNIOESTE), Raydelson dos Santos (ADUNEB), Rosalvo (ADUNIOESTE), Sérgio Murilo Ribeiro Chaves (ADUFPB), Silvana Souza (ADUNIOESTE), Tarcísio Fernandes Cordeiro (APUR), Tiago Nicola Lavoura (ADUSC), Verbena Mourão Lopes (ADUNEB), Viviane dos Santos Carvalho (ADUNEB),

EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS: LUTAR, RESISTIR E CONQUISTAR

TEXTO DE APOIO

Para defender as universidades estaduais, nada é mais animador do que um Viva! Com honras aos 35 anos da UNEB (Universidade do Estado da Bahia), universidade que se reivindica popular e inclusiva, saudando o contingente de 35 mil pessoas que constroem diuturnamente este patrimônio que serve aos baianos e ao Brasil.

As Universidades Estaduais do Brasil desempenham um papel estratégico no desenvolvimento científico e tecnológico. Asfixiá-las financeiramente sabota o desenvolvimento do Brasil enquanto nação soberana, democrática que necessita cumprir com a constituição garantindo direitos aos cidadãos e cidadãs.

Neste momento em que o funcionamento das universidades estaduais encontra-se quase inviável, visto que todas estão asfixiadas, com cortes orçamentários, corte de bolsas, sendo sucateadas de forma brutal, é necessário apontar para uma luta intensa contra as medidas asfixiantes.

Considerando os pontos principais das pautas de reivindicação dos segmentos que compõe as universidades estaduais: estudantes (Assistência estudantil), docentes (carreira, salários, condições de trabalho, formação, aposentadoria, contra a precarização do trabalho, contra o assalto aos fundos públicos, contra a perda da autonomia universitária e o sucateamento da universidade), técnico-administrativos (carreira, salários, condições de trabalho, formação, aposentadoria), trabalhadores terceirizados

(salários, condições de trabalho, carreira, formação, aposentadoria) e a comunidade articulada a projetos de ensino, pesquisa e extensão, vamos encontrar como denominador comum a questão do financiamento. As reivindicações não são atendidas em decorrência da aplicação do ajuste fiscal, da aplicação da Emenda Constitucional 95/16, em função da lei de responsabilidade fiscal, em função do pagamento da dívida pública.

Entrando em detalhes das pautas dos docentes das Estaduais - UEMG, UERJ, UEPR, USP, UNICAMP, UNESP, UNEB, UNEMAT, UEPB, entre outras -, vamos constatar as enormes dificuldades relacionadas ao atendimento do básico para o bom funcionamento institucional.

Estão em greve ou construindo a possibilidade de uma greve geral, todas as Universidades Estaduais, sendo que a USP já entrou em greve.

As negociações serão duríssimas, visto estarmos em meio a um golpe, vivendo um Estado de exceção, o que vai exigir, mais do que nunca, precisão na estratégia e na tática. Ao mesmo tempo, vivemos um período pré-eleitoral, no qual as tensões nacionais e estaduais colocam possibilidades diferenciadas de disputa relativas a cada contexto específico. A centralidade da nossa luta, portanto, no que diz respeito às Estaduais, reside na capacidade de articular nossas demandas a partir destas especificidades com a luta contra o golpe, pela democracia e pela revogação de todas as medidas que estão destruindo o Brasil e a classe trabalhadora. Neste contexto, a luta pela liberdade de Lula adquire um caráter que extrapola o aspecto eleitoral, convertendo-se em uma disputa simbólica pelo retorno à democracia em nosso país.

Não tem como defender as Universidades Estaduais, atender as reivindicações dos segmentos, senão derrubando o que cria barreiras e obstáculos ao financiamento para atender as reivindicações. Derrubando o superávit primário, o ajuste fiscal, a dívida pública. Isto significa derrubar a EC 95/16. Significa consolidar uma Frente Única em defesa das Universidades Estaduais.

TR - 33

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Participar da articulação da luta, construindo a mais ampla unidade entre os trabalhadores, os jovens e suas organizações, em defesa das Universidades Estaduais;
2. Ampliar o fundo de solidariedade aos professores das estaduais com o quantitativo de 1% da sua arrecadação mensal enquanto houver professores com salários atrasados;
3. Ampliar o valor de empréstimo aos professores nestas condições para 5 mil reais;
4. Fazer uma ampla campanha de divulgação da existência deste fundo e da possibilidade de realização dos empréstimos, já que hoje o número de professores que realizou tal empréstimo é extremamente pequeno;
5. Colocar em Pauta uma greve geral (GG) articulada nacionalmente em defesa do financiamento público e da expansão de seu orçamento.

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 34

Diretoria do ANDES-SN

COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN (CV)

A Diretoria do ANDES-SN apresentou no Caderno de Textos do 63º CONAD, o TR 16 - Nova composição da Comissão da Verdade do ANDES-SN, e em atendimento à resolução do 58º CONAD, a Comissão da Verdade disponibiliza a seguir o relatório das suas atividades.

TEXTO DE APOIO

I) Histórico da Comissão da Verdade do ANDES-SN (CV)

A Comissão da Verdade do ANDES-SN foi criada no 32º Congresso do Sindicato, em 2013, na cidade do Rio de Janeiro, e a sua coordenação foi constituída no 58º CONAD.

O empenho do ANDES-SN, secretarias regionais e seções sindicais visou contribuir com a luta nacional contra a impunidade daqueles(as) que cometeram crimes de lesa-humanidade a serviço do Estado durante a ditadura empresarial-militar iniciada em 1964.

Dando continuidade ao processo de desvelamento da história recente do Brasil, a coordenação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, eleita no 61º CONAD, desenvolveu um conjunto de eixos de trabalho e realizou ações a fim de aplicar um método de trabalho articulado com segmentos internos ao ambiente da universidade e da sociedade civil, para tentar contribuir com a formação de uma sociedade que reconheça a importância da memória sócio-histórica, combata os crimes de lesa-humanidade praticados pelo Estado e faça justiça.

Para o biênio 2016-2018, a CV definiu como foco: “Memória, reparação e resistência”, desenvolvendo as seguintes atividades:

1. Levantamento dos dados nas CV locais e na CV nacional (ANDES-SN), com as seguintes preocupações:
 - a) Informar sobre professores(as), estudantes e técnicos(as) perseguidos(as), presos(as), desaparecidos(as) e mortos(as).
 - b) Reproduzir documentação (atas de conselhos, resoluções etc., das Assessorias de Segurança e Informação - ASI de 1964 a 1985) e enviar para o Sindicato Nacional.
 - c) Imprimir relatórios das CV institucionais (IES) e das seções sindicais.
 - d) Realizar seminários regionais para apresentação dos resultados parciais e inte-relações com os movimentos sociais.
 - e) Finalizar os trabalhos da CV com publicação de relatório-síntese da análise dos dados levantados junto às CV locais e CV institucionais das IES.
2. Encaminhar ofício às comissões institucionais com solicitação de informações.
3. Levantar relatórios institucionais existentes e publicizados.
4. Realizar o II Seminário Nacional da Comissão da Verdade do ANDES-SN, nos dias 26 e 27 de abril de 2018, na USP, em parceria com a ADUSP.
5. Contratar estagiária para fazer levantamento de regimentos, estatutos e atos dos conselhos universitários.

6. Aprovar e instituir a atuação conjunta da CV com o GTHMD e o CEDOC.
7. Aplicar questionário junto às seções sindicais, cujos resultados foram os seguintes:

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO ÀS SEÇÕES SINDICAIS DO ANDES-SN

13 Seções responderam: ADCEFET-RJ, ADLeste, ADUA, ADUERN, ADUFF, ADUFPB, ADUFPEL, ADUNEB, ADUSP, APUFPR, ASDUERJ, SESUNIPAMPA e SESDUFRR.

- 1) A Seção Sindical possui Grupo de Trabalho de História do Movimento Docente em funcionamento?

Sim (ADUFF, ADUNEB)

Não (ADCEFET-RJ, ADLeste, ADUA, ADUERN, ADUFPB, ADUFPEL, ADUSP, APUFPR, ASDUERJ, SESDUFRR, SESUNIPAMPA)

- 2) A Seção formou a Comissão da Verdade local? Realiza algum trabalho de investigação sobre a repressão na sua Universidade?

Sim (ADUERN, ADUFF, ADUNEB)

Não (ADCEFET-RJ, ADLeste, ADUA, ADUFPB, ADUFPEL, ADUSP, APUFPR, ASDUERJ, SESDUFRR, SESUNIPAMPA)

Realiza investigação (ADUFF, ADUFPB, ADUNEB, ADUSP)

Não realiza investigação (ADUERN)

- 3) Em sua Universidade foi formada a Comissão da Verdade institucional? Se positivo, qual a posição da Seção Sindical?

Sim (ADUFF, ADUFPB, ADUNEB, ADUSP)

Não (ADCEFET-RJ, ADLeste, ADUA, ADUERN, ADUFPEL, APUFPR, ASDUERJ, SESDUFRR, SESUNIPAMPA)

Posições

ADUFF: Não participa mas troca informações.

ADUFPB: A Comissão Institucional nunca funcionou efetivamente.

ADUNEB: Participa da Comissão institucional.

ADUSP: Não participa e é crítica à forma de indicação dos nomes.

- 4) Em qual situação a Comissão institucional se encontra atualmente? Foi divulgado relatório?

Não existe CV (ADCEFET-RJ, ADLeste, ADUA, ADUFPEL, APUFPR, ASDUERJ, SESDUFRR, SESUNIPAMPA)

Divulgou relatório (ADUERN, ADUSP – relatório parcial)

Não divulgou relatório (ADUFF, ADUFPB, ADUNEB)

- 5) Existe em sua universidade levantamento de dados sobre as repressões sofridas por professores(as), estudantes e técnicos(as)-administrativos(as) durante a ditadura?

Sim (ADUFF, ADUFPB, ADUSP)

Não (ADLeste, ADUA, ADUERN, ADUFPEL, ADUNEB, APUFPR, ASDUERJ, SESDUFRR, SESUNIPAMPA)

Desconhece (ADCEFET-RJ)

- 6) Há informação na sua Seção Sindical da permanência e continuidade de normas, regimentos ou estatutos jurídicos de cunho autoritário que regem a Instituição de Ensino desde o período da ditadura até o tempo presente? Se positivo, descreva.

Sim (ADUFF, ADUSP)

Não (ADLeste, ADUA, ADUERN, ADUFPB, ADUFPEL, ADUNEB, APUFPR, ASDUERJ, SESDUFRR, SESUNIPAMPA)

Desconhece (ADCEFET-RJ)

Descrições

ADECEFET-RJ: “Embora algumas leis – como a Lei. n. 6.545/1978, que transformou as então Escolas Técnicas Federais em CEFETs – continuem em vigor, elas sofreram alterações posteriores, sobretudo nas décadas de 1990 e 2000”.

ADLeste: “Em sondagem panorâmica nos regimentos dos conselhos superiores e demais instâncias, percebe-se que o REGIMENTO DISCIPLINAR DISCENTE e o REGIMENTO DISCIPLINAR DOS SERVIDORES (técnicos e docentes) são de **1987 e 1985**, respectivamente, e guardam resquícios do período ditatorial, prevendo punições por atos considerados de ofensa moral e política. Também é patente, nos diversos regimentos, a **centralização do poder de decisão na administração** superior (reitoria e diretores de centros)”.

ADUFPB: “Os Estatutos e o Regimento Geral da UFPB são ainda dos tempos da ditadura empresarial-militar, tendo passado apenas por processos de adequação/ modernização”.

ADUSP: “A forma como a USP se estrutura e funciona é, sem dúvida, uma das mais autoritárias no país. A USP sequer cumpre a LDB no que se refere à composição de seus órgãos colegiados. (...). Permanece em vigor nos artigos 247, 248 e 250 das disposições transitórias do Regimento Geral da USP o regime disciplinar vigente à época da Ditadura Militar (portanto, anterior à Constituição de 1988), aplicado (...) em tempos recentes, em especial contra estudantes. É possível também mostrar a importância institucional desse documento por meio da publicação “REGIME DISCIPLINAR – Manual de esclarecimento às Comissões de Graduação”, de setembro de 2013.

No período, a CV, também, levantou informações sobre perseguição, prisão e morte de docentes, estudantes e técnicos(as) e indícios de continuidade da ditadura nos regimentos e regulamentos nas universidades, conforme os pontos seguintes:

II) Assassinados(as) e desaparecidos(as) na ditadura empresarial-militar

A CV tem por tarefa, entre outras, denunciar os crimes de lesa-humanidade praticados pela ditadura e lutar pela punição dos(as) que cometeram esses crimes, pela abertura de

todos os arquivos dos órgãos repressivos da ditadura e pela publicização dos documentos. Por isso, acha-se importante, como forma de denúncia e de recuperação da memória, fazer o levantamento dos(as) professores(as), estudantes e técnicos(as) das IES mortos(as) ou desaparecidos(as) de 1964 a 1985. Na tabela a seguir, apresenta-se o levantamento realizado pela CV.

ESTUDANTES		
NOME	INSTITUIÇÃO	DATA
José Guimarães	UNE (MACKENZIE)	03/10/1968
Luiz Paulo da Cruz Nunes	Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).	22/10/1968
João Antonio Santos Abi Eçab	Universidade de São Paulo (USP)	08/11/1968
Catarina Helena Abi Eçab	Universidade de São Paulo (USP)	08/11/1968
Reinaldo Silveira Pimenta	Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ)	27/06/1969
Fernando Borges de Paula Ferreira	Universidade de São Paulo (USP)	27/07/1969
José Wilson Lessa Sabbag	Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	03/09/1969
Ichiro Nagami	Filosofia (USP)	04/09/1969
Sérgio Roberto Corrêa	Universidade de São Paulo (USP)	04/09/1969
João Roberto Borges de Souza	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	10/10/1969
Chael Charles Schreier	Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	22/11/1969
José Roberto Spiegner	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	17/02/1970
Antônio dos Três Reis de Oliveira	Faculdade de Apucarana, no Paraná	15/05/1970
Luiz Renato Pires de Almeida	Universidade Federal de Santa Maria (RS)	02/10/1970
Ary Abreu Lima da Rosa	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	28/10/1970
Odijas Carvalho de Souza	Universidade Federal Rural de Pernambuco	08/02/1971
Carlos Alberto Soares de Freitas	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	15/02/1971
Mário de Souza Prata	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	03/04/1971
Marilena Villas Boas Pinto	Universidade Santa Úrsula	03/04/1971
Abílio Clemente Filho	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	10/04/1971
Stuart Edgar Angel Jones	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).	14/05/1971
Ivan Mota Dias	Universidade Federal Fluminense (UFF)	15/5/1971

Luiz Almeida Araújo	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	24/06/1971
Antônio Sérgio de Mattos	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	23/09/1971
Manoel José Mendes Nunes de Abreu	Universidade de São Paulo (USP)	23/09/1971
Aylton Adalberto Mortati	Universidade Mackenzie	04/11/1971
José Roberto Arantes	Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA) de onde foi expulso e Universidade de São Paulo (FFLC/USP)	04/11/1971
Flávio Carvalho Molina	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	07/11/1971
Carlos Eduardo Pires Fleury	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Universidade de São Paulo (USP)	10/12/1971
Luiz Hirata	Universidade de São Paulo (USP)	20/12/1971
Hiroaki Torigoe	Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa, em São Paulo (SP)	05/01/1972
Jeová Assis Gomes	Universidade de São Paulo (USP)	09/01/1972
Gelson Reicher	Universidade de São Paulo (USP)	20/01/1972
Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	22/01/1972
Isis Dias de Oliveira	Universidade de São Paulo (USP)	30/01/1972
Frederico Eduardo Mayr	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	24/2/1972
Lauriberto José Reyes	Universidade de São Paulo (USP)	22/02/1972
Alexander José Ibsen Voerões	Universidade de São Paulo (USP)	27/02/1972
Antônio Carlos Nogueira Cabral	Universidade de São Paulo (USP)	12/04/1972
Bergson Gurjão Farias	Universidade Federal do Ceará (UFC)	8/5/1972 ou 2/6/1972 ou 3/6/1972 ou 5/6/1972
Idalísio Soares Aranha Filho	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	13/6/1972, 12/7/1972
Ana Maria Nacinovic Corrêa	Faculdade de Belas Artes (RJ)	14/06/1972
Sérgio Landulfo Furtado	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	11/07/1972
Luiz Eurico Tejera Lisbôa	Estudante universitário, mas não destaca a instituição	2/9/1972 ou 3/9/1972
Juan Antônio Carrasco Forrastal	Estudante universitário, mas não destaca a instituição	28/10/1972
João Carlos Cavalcanti	Faculdade de Engenharia Mackenzie	30/10/1972
Aurora Maria Nascimento Furtado	Universidade de São Paulo (USP)	10/11/1972

José Silton Pinheiro	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	29/12/1972
Lourdes Maria Wanderley Pontes	Não cita a instituição; diz apenas que era no Recife – “estudante universitária e desenhista”	29/12/1972
Antônio Carlos Monteiro Teixeira	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	20/9/1972 ou 21/9/1972 ou 26/9/1972 ou 29/9/1972
Helenira Resende de Souza Nazareth	Universidade de São Paulo (USP)	28, 29 ou 30/9/1972
Ciro Flávio Salazar de Oliveira	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	30/9/1972 ou início de outubro de 1972
Eudaldo Gomes da Silva	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Entre 7 e 9/1/1973, Paulista/Abreu e Lima (PE)
Francisco Emanuel Penteado	Não cita a instituição, apenas que era em SP	15/03/1973
Alexandre Vannucchi Leme	Universidade de São Paulo (USP)	16/03/1973
James Allen Luz	Sem a instituição, apenas que não conseguiu concluir o curso de direito em Goiás.	24/03/1973
Ronaldo Mouth Queiroz	Universidade de São Paulo (USP)	06/04/1973
Márcio Beck Machado	Universidade Mackenzie	15/05/1973
Maria Augusta Thomaz	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	15/05/1973
Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa	Universidade de Sorocaba	28/05/1973
Luiz José da Cunha	Em 1963, Luiz foi para Moscou estudar na Escola da Juventude Comunista, onde realizou vários cursos nas áreas de Filosofia Ciências Sociais, Política e Economia	13/07/1973
Emmanuel Bezerra dos Santos	Fundação José Augusto	04/09/1973
Manoel Lisbôa de Moura	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	04/09/1973
Umberto de Albuquerque Câmara Neto	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	08/10/1973
Honestino Monteiro Guimarães	Universidade de Brasília (UNB)	10/10/1973
Lucia Maria de Souza	Escola de Medicina e Cirurgia do RJ	24/10/1973
Ranúsia Alves Rodrigues	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	27/10/1973
Gildo Macedo Lacerda	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	28/10/1973

José Carlos Novaes da Mata Machado	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	28/10/1973
Arildo Valadão	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	24/11/1973
Sônia Maria de Moraes Angel Jones	UFRJ (expulsa, depois de ser presa a primeira vez) e Universidade de Vincennes (França – exílio)	30/11/1973
Jaime Petit da Silva	Faculdade Federal de Itajubá	Entre 28/11/1973 e 22/12/1973,
Adriano Fonseca Filho	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Entre 28/11/1973 e 3/12/1973
Tobias Pereira Júnior	Universidade Federal Fluminense (UFF)	17/12/1973 ou 15/2/1974
Elmo Corrêa	Escola de Medicina e Cirurgia do RJ	Entre 25/12/1973 e 14/8/1974
Guilherme Gomes Lund	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	25/12/1973
Hélio Luiz Navarro de Magalhães	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Entre 1º e 3/1974
Antônio de Pádua Costa	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	14/1/1974 ou 5/3/1974
Luiz Renê Silveira e Silva	Escola de Medicina e Cirurgia do RJ	Entre 19/1/1974 e 3/1974
Dermeval da Silva Pereira	Universidade Federal da Bahia (UFBA - expulso) / Universidade Católica de Salvador (UCSAL)	Entre janeiro e 28/3/1974
Telma Regina Cordeiro Corrêa	Universidade Federal Fluminense (UFF)	1/1974 ou 7/9/1974
Jana Moroni Barroso	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	2/1/1974 ou 8/2/1974
Maria Célia Corrêa	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Em 2/1/1974 ou 5/3/1974
Antônio Teodoro de Castro	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	25/12/1973 ou 27/2/1974
Suely Yumiko Kanayama	Universidade de São Paulo (USP)	Entre 25/12/1973 e 28/12/1973 ou setembro de 1974
Dinaelza Santana Coqueiro	Universidade Católica de Salvador (UCSAL)	28/12/1973, 8/4/1974 ou 9/4/1974
Vandick Reidner Pereira Coqueiro	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	17/01/1974
Eduardo Collier Filho	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	23/02/1974

Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira	Universidade Federal Fluminense (UFF)	23/02/1974
Cilon Cunha Brum	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	27/02/1974
Uirassu de Assis Batista	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Abril/1974
Aurea Eliza Pereira	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	13/06/1974
Enrique Ernesto Ruggia	Faculdade de Agronomia de Buenos Aires	13/07/1974
Walkíria Afonso Costa	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	entre 30/9/1974 e 25/10/1974
José Maurílio Patrício	Universidade Federal Rural do RJ	10/1974
Maria Regina Marcondes Pinto	Ciências Sociais em São Paulo (não cita a instituição) e Psicologia, na Argentina	10/04/1976
Jorge Alberto Basso	World University Service (WUS)	15/04/1976
Maria Auxiliadora Lara Barcellos	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	01/06/1976
David Eduardo Chab Tarab Baabour	Universidade de Buenos Aires (UBA)	10/06/1976
Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães	Universidade Católica da Argentina	09/07/1976
Roberto Adolfo Val Cazorla	Universidade de Buenos Aires	22/12/1976
Roberto Rascado Rodriguez	Universidade Federal de Buenos Aires	17/02/1977
Luiz Renato do Lago Faria	Universidade de Buenos Aires	06 ou 07/02/1980
Horacio Domingo Campiglia	Estudante de Medicina e Sociologia. Não cita a instituição	12/03/1980
Lorenzo Ismael Viñas	Cursava “Ciências Sociais em Buenos Aires”	26/06/1980
Liliana Inés Goldenberg	Universidade de Buenos Aires	02/08/1980
DOCENTES		
NOME	INSTITUIÇÃO	DATA
Juarês Guimarães de Brito	Universidade Federal de Goiás (UFG) – Sociólogo	19/04/1970
Norberto Nehring	Universidade de São Paulo (USP) – Economista	24/04/1970
Heleny Ferreira Telles Guariba	Faculdade de Filosofia da USP e Escola de Arte Dramática de São Paulo (EAD)	12/07/1971
Iara Iavelberg	Professora-assistente no Instituto de Psicologia da USP	20/8/1971,
Lincoln Bicalho Roque	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ	13/03/1973
Merival Araújo	Natural de Alto Paraguai. Militante da Ação Libertadora Nacional	14/04/1973

	(ALN), foi professor no Vale do Jequitinhonha (MG), antes de mudar-se para o Rio de Janeiro, onde continuou atuando como docente do ensino superior	
Nelson de Souza Kohl	Instituto de Estudos Econômicos e Sociais – Chile –, onde era tradutor e professor de inglês	15/09/1973
Luiz Carlos de Almeida	Universidade de São Paulo (USP)	13 ou 14/9/1973, no Chile
Wânio José de Mattos	Apenas cita Santiago-Chile	16/10/1973 Santiago – Chile
Luiz Ignácio Maranhão Filho	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	03/04/1974
Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva	Universidade de São Paulo (USP)	22/04/1974
Dinalva Conceição Oliveira Teixeira	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	25/12/1973 ou 16/7/1974 ou 24/7/1974 ou outubro de 1974
TÉCNICO (A)		
NOME	INSTITUIÇÃO	DATA
Issami Nakamura Okano	Assistente de laboratório no Departamento de Engenharia Química e no Instituto de Física (USP)	14/05/1974

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa coordenada por Milton Pinheiro, professor da UFBA e membro da Comissão da Verdade Nacional

III) Pesquisa “Continuidades da ditadura nas IES”

A CV do biênio 2016-2018 realizou pesquisa em diversas fontes, especialmente nos relatórios das CV institucionais das universidades e nos sites das IES, na tentativa de identificar, nos estatutos e regimentos, a continuidade de formas repressivas da ditadura empresarial-militar. Das 14 universidades existentes em 1964 (UFBA, UFC, UFES, UFF, UFMG, UFPA, UFPB, UFPE, UFRGS, UFRJ, UFRN, UNB, UNICAMP e USP), apenas 7 possuíam ou ainda possuem CV institucionais; para essas, portanto, direcionou-se a busca de informações (UFBA, UFES, UFPB, UFRN, UNB, UNICAMP e USP).

Nessa pesquisa, ainda em desenvolvimento, observa-se a herança da ditadura nas universidades (conforme o relatório da CV da USP), legada pelo governo empresarial-militar, na reforma universitária e no Decreto 477/1968. A universidade pública continua sendo um sistema minoritário, enquanto a maioria dos estudantes, especialmente os(as) filhos(as) de trabalhadores(as) oriundos(as) da escola pública, continua os estudos nas faculdades privadas “A despeito de mudanças dos anos mais recentes, o ensino superior no país ainda guarda sérias contradições.” (Relatório USP, 2018).

A ditadura ainda se faz presente nas universidades públicas em estatutos e regimentos autoritários, a exemplo do Regime Disciplinar da USP, de 1972 (Artigos 247 a 253), que integra o Regimento Geral da Universidade de São Paulo, ferindo o Estado Democrático

de Direito: “Foi aprovado e promulgado pelo governador nomeado Laudo Natel, então investido de poderes sobre assuntos universitários”.

Observa-se que a continuidade do autoritarismo se manifesta na sociedade da seguinte forma: Repressão, desqualificação e criminalização dos movimentos sociais, como estratégia de enfraquecimento pela imposição do medo; Violência policial e detenções arbitrárias; Tortura, tratamento desumano e degradante; Perseguições ao pluralismo de ideias e pensamento crítico; Perseguição religiosa, política, partidária e ideológica.

Apesar dos esforços do Estado autoritário, as ideias de esquerda se disseminaram nas universidades durante os anos da ditadura. No fim, como um efeito colateral do próprio autoritarismo da direita, as ideias de esquerda se tornaram até mais influentes do que eram antes, embora o comunismo estivesse em crise e superado por “novas esquerdas”, eminentemente críticas à União Soviética.

No início dos anos 1980, na fase final do poder militar, as universidades haviam se tornado polos importantes da cultura marxista, apesar de enfrentarem fortes concorrentes na disputa pelo campo intelectual, tal como o liberalismo.

Em resumo, a faceta “modernizadora” da ditadura serviu a um modelo econômico e a um projeto de poder autoritário, mas gerou consequências contraditórias: o aumento da massa crítica de estudantes e professores universitários, muitos dos quais participaram decisivamente da luta pelas eleições diretas nos anos 1980 e até hoje são árdios defensores dos direitos humanos e das políticas de “memória, verdade e justiça”.¹

III) Casos ocorridos nas universidades federais e estaduais

Atualmente, atitudes autoritárias e repressivas, com base nos regimentos que permanecem desde 1972 (final da reforma universitária durante a ditadura) nas IES públicas, são diariamente executadas, tais como:

- Instalação de processos administrativos para investigar e punir estudantes, professores(as) e técnicos(as) que, de alguma forma, participam das lutas ou que, no cotidiano das atividades acadêmicas, entram em divergência com a orientação oficial. Este foi o caso de um estudante ativista do movimento negro punido com dois semestres de suspensão, na UNICAMP, no contexto de greve. Mesmo os ritos do regimento antidemocrático não foram obedecidos. Outro caso é o da UTFPR, em que a Reitoria e a direção geral publicaram seis portarias (130, 308, 309, 310, 311 e 324), que determinavam sindicâncias internas para criminalizar e punir estudantes que ocuparam a UTFPR e servidores(as) e professores(as) que mediarão conflitos da ocupação.
- Autorização, por parte da Reitoria, de entrada da Polícia nos campi para reprimir estudantes e funcionários(as), como foi o caso da USP e UFSC.
- Militarização da segurança nas universidades, como no caso da USP, que criou uma superintendência de segurança e contratou um militar reformado para ocupar o cargo.
- Intervenção na autonomia didático-pedagógica, ao tentar impedir, via ações do judiciário, o oferecimento de cursos, como no caso das disciplinas denominadas

¹ Fonte: <http://memoriasdaditadura.org.br/universidades/index.html3>

“O golpe de 2016”, que propõem discussão sobre a crise política brasileira atual e o impeachment.

- A intimação pela PF de professores(as) estrangeiros(as) com base nos artigos 106 e 107 da Lei 6.815/1980, que impede atividade política ao(à) estrangeiro(a).
- A escolha dos(as) dirigentes universitários(as) permanece não paritária e sob controle dos governos. Essa forma autoritária se reproduz internamente nas IES com a escolha também não paritária dos(as) dirigentes de departamentos, faculdades e conselhos, por vezes desrespeitando mesmo o limite imposto pela LDB de 70%, 15% e 15%.
- Perseguição ideológica da CAPES e CNPq a pesquisadores(as) com a reprovação de projetos por explicitarem uma metodologia marxista dialética. Também em âmbito local, é exemplar o caso da UFOP, em que o Ministério Público Federal requisitou abertura de inquérito policial, e o juiz aceitou o caso, contra o Núcleo de Estudos do Marxismo, impedindo a continuidade das ações do grupo.

IV) Seminário

Realizou-se, nos dias 26 e 27 de abril de 2018, na Faculdade de Educação da USP, o II Seminário Nacional da Comissão da Verdade em conjunto com o GTHMD e CEDOC do ANDES-SN. Com o tema “Continuidades da Ditadura na Universidade e Sociedade”, o seminário contou com as seguintes mesas:

- Mesa 1 – Depoimentos sobre a ditadura na universidade e na sociedade. Membros: Vitor Wagner Neto de Oliveira (UFMS, CV ANDES-SN e mediador); João Zanetic (USP), Luiz Carlos Prates Mancha (CSP-CONLUTAS e Metalúrgicos de São José dos Campos), Ailton Alves Lacerda Krenak (Comunidade Krenak de Minas Gerais).
- Mesa 2 - Repressão da ditadura na universidade e na sociedade: ontem e hoje. Membros: Antônio José Vale da Costa (ADUA, CV ANDES-SN e mediador), Wanderson Fábio de Melo (UFF/Comissão da Verdade do ANDES-SN), Joana D'Arc Fernandes Ferraz (UFF/Grupo Tortura Nunca Mais - RJ), Eblin Farage (UFF/ Presidente do ANDES-SN), Ricardo Alves de Lima (IFI Cubatão).
- Mesa 3 - Ataques a autonomia e a democracia na universidade: ontem e hoje. Membros: Ana Maria Ramos Estevão (UNIFESP, CV ANDES-SN e mediadora), Antônio Luís de Andrade (UNESP Presidente Prudente), Maurício Brito (UFBA).
- Mesa 4 - Continuidade estrutural do aparato repressivo nas universidades. Membros: Wanderson Fábio de Melo (UFF, CV ANDES-SN e mediador), Angélica Lovatto (UNESP Marília), Maurício Brito (UFPA), Ana Maria Ramos Estevão (UNIFESP, CV ANDES-SN).

A responsabilidade empresarial no Brasil e o caso Volkswagen, apresentado pela equipe do IIEP - Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas.

V) Avaliação

A comissão atual – composta por dois membros da diretoria, mais três efetivos e três suplentes eleitos no 61º CONAD – identificou a ausência de comissões locais na maioria das seções sindicais, além da paralisação ou conclusão dos trabalhos nas poucas seções que instalaram comissões. Conforme levantamento realizado em 2016, em resposta ao questionário enviado a todas as seções (apresentado neste Relatório), apenas três afirmaram ter formado CV locais.

Salienta-se que, das cerca de 95 seções ativas, apenas 14 responderam ao questionário, denotando a pouca atenção dispensada ao tema. Esta percepção foi ainda mais explicitada durante a tentativa de ampliar o alcance do levantamento: no 62º CONAD de Niterói, os delegados receberam questionário semelhante, que objetivava sondar a existência de CV e Grupo de Trabalho História do Movimento Docente nas respectivas seções. Apenas dois delegados devolveram o questionário respondido.

A CV do Sindicato Nacional se depara com uma inatividade das comissões locais ou mesmo inexistência de preocupação na base, o que tem limitado e, por vezes, impedido o desenvolvimento das ações aprovadas em congressos, as quais dependem do envolvimento das seções. A falta de ressonância deste tema nas seções pode ser o resultado da conjuntura que impõe a emergência de ações outras, mas, também, a falta de ressonância na base da categoria, pois que, inclusive nacionalmente, isto é, no âmbito da sociedade brasileira, a Comissão Nacional da Verdade perdeu o protagonismo.

Por outro lado, reconhece-se que o assunto continua importante, por isso o ANDES-SN deve manter a vigilância cotidiana contra qualquer atitude autoritária dos agentes do Estado, identificar, denunciar e combater o autoritarismo, especialmente nas IES, cobrar a punição dos torturadores e mandantes, entre outras premissas que embasaram a criação da CV do Sindicato, como construir campanha pela revogação, nas IES, das homenagens aos colaboradores da ditadura; lutar pela revisão da Lei de Anistia e pela responsabilização judicial daqueles que cometeram os mais diversos crimes contra os que combatiam a ditadura empresarial-militar e defendiam as liberdades democráticas. Continua-se, ainda, com tarefas pendentes e aprovadas em congressos anteriores, como a análise do Relatório Figueiredo, aproximação com organizações congêneres em outros países e edição de vídeos dos seminários de 2015 e 2018 para disponibilização na página do Sindicato.

Outra preocupação da CV do ANDES-SN deve ser verificar a possibilidade de abrir processo em tribunais internacionais para responsabilizar o Estado brasileiro pelos crimes cometidos contra docentes, estudantes e técnicos(as) durante a ditadura empresarial-militar.

TEXTO 35

Contribuição do professor Hélvio Alexandre Mariano, sindicalizado da Adunicentro Seção Sindical.

É PRECISO AVANÇAR NOS INSTRUMENTOS DE LUTA E DIVULGAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: PRECISAMOS DE UMA NOVA REVISTA PARA O SINDICATO

TEXTO DE APOIO

Não pretendo fazer um debate sobre o papel da Revista Universidade e Sociedade e nem propor seu fechamento ou mudança de formato no texto que segue e no TR. O que busco aqui é abrir um debate sobre novas possibilidades de divulgação da produção acadêmica envolvendo temas que interessam ao conjunto do sindicato nacional, aos trabalhadores e trabalhadoras das mais diversas áreas, estudantes e lutadores e lutadoras espalhados pelo país.

É fato que o Andes-SN é referência para milhares de estudantes, professor@s e trabalhador@s que buscam nas leituras, reflexões e estudos produzidos pelo conjunto do sindicato uma fonte para a compreensão e análise de diversas temas, sendo as publicações do sindicato um importante espaço para a divulgação de produções acadêmicas, mas também para reflexões produzidas por nossos GTs e setores, além de nossos Cadernos e cartilhas, referências para a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Compreendo que a Revista Universidade e Sociedade cumpre um papel importante e que as modificações realizadas nos últimos anos, muitas das quais tive a oportunidade de participar, ajudaram na renovação editorial e visual da revista, também avançamos na divulgação da mesma, fazendo chegar nas bibliotecas das universidades públicas, em diversos sindicatos e movimentos sociais, mantendo o padrão de qualidade da revista e dos textos publicados, por isso não estou propondo a modificação no formato da Revista Universidade e Sociedade, mas a criação de uma nova publicação, que não tem por objetivo a superação da atual Revista. A proposta central do TR apresentado é debater com o conjunto do movimento docente a criação de novos mecanismos de publicação e divulgação dos conhecimentos produzidos e acumulados nas mais diversas universidades, movimentos sócias e sindicatos espalhados pelo país e pelo mundo.

Uma publicação com fluxo contínuo, organizada de forma eletrônica e com conselho editorial próprio, debatendo os mais diversos temas de forma dinâmica, rápida e atendendo a demanda de temas atuais.

A nova publicação deve ser em formato de revista acadêmica, de fluxo e com normas próprias, que devem ser elaboradas e aprovadas pela Comissão Editorial da nova publicação, diversa da editoria da Revista Universidade e Sociedade e enviadas para o Congresso do Sindicato para aprovação final, tanto do nome da nova publicação, quanto ao conjunto de normas previstos para publicação e divulgação de artigos.

TR - 35

O 63º CONAD do ANDES-SN delibera:

- 1.** Criar uma nova publicação sindical, em formato de Revista Eletrônica de fluxo contínuo, mantido pelo sindicato nacional em suas plataformas digitais;
- 2.** Caberá à plenária do 63º CONAD, após indicação dos nomes nos Grupos de Trabalho, eleger a Comissão Editorial provisória, que irá coordenar os trabalhos de criação e elaboração de normas para nova publicação;
- 3.** A comissão provisória deverá ser composta por cinco membros, sendo 3 (três) eleitos pela plenária do 63º CONAD e 2(dois) indicados pela direção do sindicato nacional, cabendo a direção executiva da nova revista aos membros indicados pelo sindicato nacional;
- 4.** A comissão eleita no 63º CONAD deverá apresentar ao próximo Congresso um relatório das atividades, o nome da próxima publicação, as normas acadêmicas para publicação, o formato do Conselho Editorial e os custos da produção, cabendo a ao Congresso deliberar pela criação em definitivo da nova publicação;
- 5.** A nova publicação não substitui a Revista Universidade e Sociedade.

TEXTO 36

Contribuição do professor Hélvio Alexandre Mariano, sindicalizado da Adunicentro Seção Sindical.

UM OLHAR PARA O FUTURO SEM ESQUECER O PASSADO: PRECISAMOS AVANÇAR NA PARTICIPAÇÃO DOS SINDICALIZADOS NAS INSTÂNCIAS DO SINDICATO NACIONAL.

TEXTO DE APOIO

A cada eleição do nosso sindicato um tema volta ao debate, a participação d@s professor@s no processo eleitoral. Não pretendo fazer uma análise nacional aprofundada, muito menos questionar o processo eleitoral legítimo e a vitória da chapa 1, legítima vencedora do pleito eleitoral que mais uma vez demonstrou o grau de democracia que o nosso sindicato mantém desde sua fundação.

O texto de apoio que apresento busca apenas levantar um questionamento sobre a participação docente na Regional Sul do Andes, em especial no setor das IEES, onde apenas 535 professor@s votaram nas eleições de 10 e 11 de maio de 2018. Quando separamos a Aprudesc (SC) e analisamos apenas o Paraná, tivemos 475 votantes. A regional sul conta com um total de 5.828 sindicalizados, sendo 1569 no setor das estaduais, destes 1334 estão nas universidades paranaenses e 235 no estado de Santa Catarina. O quadro descrito demonstra que nos últimos anos avançamos no número de sindicalizados no setor das IEES na Regional Sul, mas ainda não passamos de 20% do número de docentes sindicalizados nas universidades estaduais na regional sul, em especial no estado Paraná, onde temos 1334 docentes sindicalizados no universo de mais de 6.000 docentes que atuam nas IEES. Porém, o quadro interessante é que apesar da baixa sindicalização, é fato que nos últimos anos o Andes tem sido a referência no campo político, comandando as maiores greves da categoria.

Outro quadro importante para destacarmos no caso do Paraná, em relação ao número de votantes é a exclusão dos docentes da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual do Norte do Paraná do quadro de eleitores, sendo a UEL a maior Universidade do Estado. Além disso, as duas universidades tem como representante sindical o Sindiprol-Aduel. Também não tivemos eleições na UNESPAR, tanto na base dirigida pelo Sindiprol-Aduel como na vinculada ao Sindunespar-Seção Sindical do Andes-SN.

1	Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC	136
2	APRUDESC	60
3	APUFPR	375
4	SINDUTF-PR	227
5	ADUNIOESTE	228

Quando analisamos apenas as seções sindicais do Paraná, três das seções tiveram eleições para suas diretorias vinculadas ao pleito nacional, apenas a Sinduepg (Ponta Grossa) não realizou eleição conjunta para a seção sindical, o que pode ser um indicativo para a menor adesão entre as seções sindicais do estado em relação a votação para a direção nacional. Quando analisamos o setor das federais na região sul o quadro não se modifica, sendo que as duas maiores seções, Apufpr e Sindutfpr contabilizaram apenas 602 votantes, somados todos os votos das Ifes no estado, temos 667 votantes. Atualmente temos mais de 5.387 docentes filiados ao Andes-SN no Estado do Paraná e apenas 1.142 votaram nas últimas eleições para a direção nacional do Andes-SN, mesmo com duas chapas na disputa para a direção nacional e com todas as lutas que o setor das Ifes enfrenta no momento, apenas 12,34% dos sindicalizados da UFPR participaram do processo eleitoral, com 375 votantes.

Para finalizar, é importante analisar a organização sindical e universitária do Estado do Paraná que atualmente conta com 4(quatro) Universidades Federais e 7(sete) Universidades Estaduais, espalhadas por todas as regiões do estado. O Andes-SN está organizado em 9 das universidades paranaenses, estando ausente apenas de duas universidades estaduais, a UEL e a UENP. Um fato que chama a atenção e precisa ser analisado é o debate entre as 9 (nove) seções sindicais, aqui analiso apenas o debate envolvendo todas as seções sindicais e não divididas em setores.

Atualmente o único espaço no estado são os encontros da Secretaria Regional Sul (PR-SC), geralmente como atividades pré ou pós eventos nacionais. Os demais debates são feitos em espaços do sindicato nacional em Brasília, seja através da participação nos GTs, reuniões dos setores do sindicato (quando realizados de forma conjunta), além dos eventos nacionais, conads e congressos. Como nem todas as seções possuem condições financeiras de enviar representantes para todas as atividades nacionais, muitas deixam de participar de importantes decisões do sindicato, seja na formulação das políticas ou no debate sobre os rumos de diversos temas.

Com a ausência constante nas atividades políticas e com os custos cada vez mais elevados de participação, deixamos de avançar nos debates internos em muitos temas, ficando restrito a leituras de relatórios produzidos pelo Sindicato, que cumpre um papel importante ainda, mas não pode superar a participação efetiva nos espaços do sindicato por muitos sindicalizados que pesquisam e estudam temas que discutimos em nossos GTs, deixando de contribuir na formulação de políticas do sindicato e na construção coletiva de debates sobre os mais diversos temas.

O quadro acima não explica a votação, nem é a intenção do texto de apoio realizar um diagnóstico mais profundo ou apontar saídas, o que precisamos é tentar compreender os números, para buscar uma melhor interpretação dos resultados eleitorais de 2018, não esquecendo de questionar também nossa estrutura atual, que precisa sempre estar em debate e avançar na sua forma para atender as novas demandas da categoria e das lutas em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

TR - 36

O 63º CONAD delibera:

1. Abrir o debate no interior do sindicato nacional sobre a necessidade de ampliar os espaços internos de participação das seções sindicais nos eventos nacionais através de uma política de solidariedade sindical;

- 2.** Criar um fundo específico para garantir a participação dos representantes das seções sindicais que tenham indicados aprovados em assembleia para participar de reuniões de GTs, Seminários e Encontros Nacionais não deliberativos;
- 3.** O fundo deve ser criado com a destinação de uma parcela de 0,2 do total do valor de 0,20 repassado ao Caixa Nacional;
- 4.** Propor a criação de GTs regionais, com temas próprios e coordenação regional, aos moldes dos GTs nacionais, como espaços para debates sobre políticas estaduais.
- 5.** Criar uma Comissão para repensar a formatação dos GTs do Andes-SN, composta por representantes indicados pela plenária do Conad e representantes da Direção Nacional, em número não inferior a 5(cinco) membros, sendo 3 (três) indicados pela base e 2(dois) pela direção do sindicato nacional;
- 6.** A comissão será provisória, coordenada pela direção nacional do sindicato, sendo que os resultados devem ser apresentados para deliberação no próximo Congresso do Andes-SN.

TEXTO 37

Diretoria do ANDES-SN

REPASSES DAS SEÇÕES SINDICAIS**TEXTO DE APOIO**

De acordo com a deliberação do 52º CONAD, São Luís – MA, 26 a 29/7/07, a Diretoria está apresentando o quadro com os repasses das seções sindicais ao Andes-SN, atualizado até o dia 31 de maio de 2018, acompanhado dos acordos estabelecidos com a tesouraria nacional.

NORTE 1									
ADUA - 1231-9 - MANAUS/AM									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	16/01/18	16.921,08	1.353,66				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	19/02/18	16.864,86	1.349,19				
MARÇO	F	fevereiro/2018	21/03/18	17.209,14	1.376,73				
ABRIL	F	março/2018	23/04/18	17.151,90	1.372,16				
MAIO	F	abril/2018	24/05/18	17.266,72	1.381,34				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SESDUF-RR - 1236-X - BOA VISTA/RR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	12/01/18	9.706,63	770,69				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	24/05/18	9.659,75	770,69				
MARÇO	F	fevereiro/2018	30/05/18	9.637,47	770,69				
ABRIL	F	março/2018	30/05/18	9.637,47	770,69				
MAIO	F	abril/2018	30/05/18	9.637,47	770,69				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNIR - 1235-1 - PORTO VELHO/RO										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2017	16/01/18	2.160,70	76,60					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	09/02/18	2.160,70	76,60					
MARÇO	F	fevereiro/2018	08/03/18	2.160,70	76,60					
ABRIL	F	março/2018	13/04/18	2.160,70	76,60					
MAIO	F	abril/2018	10/05/18	2.160,70	76,60					
JUNHO	F	maio/2018								
JULHO	F	junho/2018								

ADUFAC - 1232-7 - RIO BRANCO/AC										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2017			587,98					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	23/05/18	11.306,56	904,52					
MARÇO	F	fevereiro/2018								
ABRIL	F	março/2018								
MAIO	F	abril/2018								
JUNHO	F	maio/2018								
JULHO	F	junho/2018								

SIND-UEA - 1340-4 - MANAUS/AM										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	E	dezembro/2017								
FEVEREIRO	E	janeiro/2018								
MARÇO	E	fevereiro/2018								
ABRIL	E	março/2018								
MAIO	E	abril/2018								
JUNHO	E	maio/2018								
JULHO	E	junho/2018								

SINDUERR - 1387-0 BOA VISTA /RR										
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	E	dezembro/2017								
FEVEREIRO	E	janeiro/2018								
MARÇO	E	fevereiro/2018								
ABRIL	E	março/2018								
MAIO	E	abril/2018								
JUNHO	E	maio/2018								
JULHO	E	junho/2018								

NORTE 2										
ADUFRA - 1234-3 - BELÉM/PA										
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2017			92,63	22/11/17	1/5	1.843,04	jun a out/17	
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	28/03/18		93,03	28/03/18	2/5	1.843,04		
MARÇO	F	fevereiro/2018			93,03	10/04/18	3/5	1.843,04		
ABRIL	F	março/2018				22/05/18	4/5	1.843,04		
MAIO	F	abril/2018								
JUNHO	F	maio/2018								
JULHO	F	junho/2018								

ADUFPA - 1233-5 - BELÉM/PA										
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	REFERENCIA	
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	35.725,90	2.858,07					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	21/02/18	35.827,55	2.866,20					
MARÇO	F	fevereiro/2018	06/03/18	35.583,12	2.846,65					
ABRIL	F	março/2018	05/04/18	35.544,45	2.843,56					
MAIO	F	abril/2018	04/05/18	35.450,35	2.836,03					
JUNHO	F	maio/2018								
JULHO	F	junho/2018								

SINDUFAP - 1349-8 - MACAPÁ/AP										
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2017	08/01/18	4.277,69	342,22					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	01/02/18	4.206,69	420,67					
MARÇO	F	fevereiro/2018								
ABRIL	F	março/2018								
MAIO	F	abril/2018								
JUNHO	F	maio/2018								
JULHO	F	junho/2018								

SINDUEPA - 1284-X - BELÉM/PA										
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	E	dezembro/2017	24/01/18	2.423,98	193,91	24/01/18	7/77	359,08		
FEVEREIR	E	janeiro/2018	12/03/18	2.479,03	198,32	12/03/18	8/77	359,08		

O									
MARÇO	E	fevereiro/2018	06/04/18	2.542,45		203,40	06/04/18	9/77	359,08
ABRIL	E	março/2018	03/05/18	2.604,12		280,32	03/05/18	10/77	359,08
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SINDUFOPA - SANTARÉM/PA									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDUNIFESSPA- 1383-8 MARABÁ/PA									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDIFAP -1381- MACAPÁ/AP									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDUEAP- MACAPÁ/AP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

NORDESTE 1									
APRUMA - 1238-6 - SÃO LUÍS/MA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MÊS		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	22/01/18	17.853,63	1.428,29				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	19/02/18	17.939,00	1.435,12				
MARÇO	F	fevereiro/2018	16/03/18	17.926,42	1.434,11				
ABRIL	F	março/2018	17/04/18	17.924,21	1.433,94				
MAIO	F	abril/2018	18/05/18	17.975,26	1.438,03				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFPI - 1239-4 - TERESINA/PI									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	08/01/18	3.825,66	552,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	23/02/18	3.825,66	552,00				
MARÇO	F	fevereiro/2018	12/03/18	3.825,66	552,00				
ABRIL	F	março/2018	03/05/18	3.825,66	552,00				
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADCESP - 1240-8 - TERESINA/PI									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	05/03/18	8.359,80	668,80				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	03/04/18	8.359,80	668,80				
MARÇO	E	fevereiro/2018	09/05/18	8.359,80	668,80				
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							

JULHO	E	junho/2018							
-------	---	------------	--	--	--	--	--	--	--

SESDFC - 1241-6 - FORTALEZA/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNIFOR - 1242-4 - FORTALEZA/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2017							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							
ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

SINDCEFET-PI - - TERESINA/PI									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	09/01/18	2.478,32	198,27				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	15/02/18	2.539,68	203,17				
MARÇO	F	fevereiro/2018	08/03/18	2.476,31	198,10				
ABRIL	F	março/2018	05/04/18	2.407,29	192,58				
MAIO	F	abril/2018	10/05/18	2.439,01	195,12				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDCENTEC - - JUAZEIRO DO NORTE/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							

JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SINDIUA - 1341-2 - SOBRAL/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	09/02/18	3.249,48	259,96				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	20/02/18	3.270,00	262,00				
MARÇO	E	fevereiro/2018	21/03/18	3.274,22	261,93				
ABRIL	E	março/2018	10/04/18	3.375,42	270,03				
MAIO	E	abril/2018	11/05/18	3.358,79	268,71				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							
AGOSTO	E	julho/2018							

SINDUECE - 1342-0 - FORTALEZA/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	18/01/18	3.716,40	590,91				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	13/03/18	3.691,11	590,58				
MARÇO	E	fevereiro/2018	13/03/18	3.691,11	590,31				
ABRIL	E	março/2018	28/05/18	3.720,09	297,61				
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SINDURCA - 1354-4 - CRATO/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017		acordo	acordo	04/01/18	1/6	2.082,63	
FEVEREIRO	E	janeiro/2018				09/02/18	2/6	2.082,63	
MARÇO	E	fevereiro/2018				07/03/18	3/6	2.082,63	
ABRIL	E	março/2018				06/04/18	4/6	2.082,63	
MAIO	E	abril/2018				09/05/18	5/6	2.082,63	
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

NORDESTE 2									
ADESA-PE - 1253-X - ARCO VERDE/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2017							

FEVEREIRO	M	janeiro/2018							
MARÇO	M	fevereiro/2018							
ABRIL	M	março/2018							
MAIO	M	abril/2018							
JUNHO	M	maio/2018							
JULHO	M	junho/2018							

ADESB - 1255-6 - BELO JARDIM/PE									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2017							
FEVEREIRO	M	janeiro/2018							
MARÇO	M	fevereiro/2018							
ABRIL	M	março/2018							
MAIO	M	abril/2018							
JUNHO	M	maio/2018							
JULHO	M	junho/2018							

ADUFRRN / ADUERN - 1249-1 - MOSSORÓ-RN									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017			acordo	acordo	10/01/18	1/10	3.509,62
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	19/03/18	8.732,20		19/03/18	2/10	3.509,62	
MARÇO	E	fevereiro/2018	25/05/18	8.724,13		25/05/18	3/10	3.509,62	
ABRIL	E	março/2018	25/05/18	8.735,22	697,93	25/05/18	4/10	3.509,52	
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUC - 1245-9 - CAJAZEIRAS-PB									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	10/01/18	1.504,00	120,30				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUEPB - 1246-7 - CAMPINA GRANDE/PB									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	28/12/17	9.000,00	720,00	28/12/17	22/338	1.801,00	
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	09/02/18	9.000,00	720,00	09/02/18	23/338	1.801,00	
MARÇO	E	fevereiro/2018	08/03/18	9.000,00	720,00	08/03/18	24/338	1.801,00	
ABRIL	E	março/2018	10/04/18	9.000,00	720,00	10/04/18	25/338	1.801,00	
MAIO	E	abril/2018	14/05/18	9.000,00	720,00	14/05/18	26/338	1.801,00	
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUFCG - 1244-0 - CAMPINA GRANDE/PB									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	13.102,20	1.048,17				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	26/02/18	26.204,40	1.048,17				
MARÇO	F	fevereiro/2018	28/03/18	13.102,00	1.048,17				
ABRIL	F	março/2018	17/04/18	13.137,76	1.051,02				
MAIO	F	abril/2018	15/05/18	13.127,76	1.051,02				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFCG-PATOS - 1250-5 - PATOS/PB									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017		acordo	acordo	22/12/17	1/10	5.987,72	
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	12/03/18	2.321,90	185,75	12/03/18	2/10	5.987,72	
MARÇO	F	fevereiro/2018	12/03/18	2.321,90	185,75	12/03/18	3/10	5.987,72	
ABRIL	F	março/2018	12/03/18	2.321,90	185,75	12/03/18	4/10	5.987,72	
MAIO	F	abril/2018	12/04/18	2.321,90	185,75	12/04/18	5/10	5.987,72	
JUNHO	F	maio/2018	15/05/18	2.321,90	185,75	15/05/18	6/10	5.987,72	
JULHO	F	junho/2018							

ADUFEPE - 1251-3 - RECIFE/PE									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							

JULHO	F	junho/2018							
-------	---	------------	--	--	--	--	--	--	--

ADUFERPE - 1252-1 - RECIFE/PE									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	15/01/18	18.599,72				1.487,98	
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	15/02/18	18.536,97				1.482,96	
MARÇO	F	fevereiro/2018	09/03/18	18.445,49				1.475,64	
ABRIL	F	março/2018	12/04/18	18.482,23				1.478,58	
MAIO	F	abril/2018	08/05/18	18.483,30				1.478,66	
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFPB - 1243-2 - JOÃO PESSOA/PB									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	09/01/18	31.050,98	3.726,12	25/10/17	40/60	7.058,87	
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	05/04/18	31.050,98	3.726,12	05/01/18	41/60	7.058,87	
MARÇO	F	fevereiro/2018	05/04/18	31.050,98	3.726,12	05/01/18	42/60	7.058,87	
ABRIL	F	março/2018				05/01/18	43/60	7.058,87	
MAIO	F	abril/2018				05/04/18	44/60	7.058,87	
JUNHO	F	maio/2018				05/04/18	45/60	7.058,87	
JULHO	F	junho/2018							

ADUPE - 1254-8 - RECIFE/PE									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADURN - 1247-5 - NATAL/RN									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							

MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFERSA - 1248-3 - MOSSORÓ/RN									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	19/01/18	3.200,00	128,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	20/02/18	3.200,00	128,00				
MARÇO	F	fevereiro/2018	21/03/18	3.200,00	128,00				
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDFAFICA - 1256-4 - CARUARU/PE									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2017							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							
ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

SINDFAVIP - - VALE DO IPOJUCA/PE									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2017							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							
ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

NORDESTE 3									
ADUFAL - 1258-0 - MACEIÓ/AL									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	18/01/18	17.442,58	1.395,41	28/03/18	2/10	3.756,44	
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	28/03/18	17.439,70	1.395,18				
MARÇO	F	fevereiro/2018	28/03/18	17.374,86	1.389,99				
ABRIL	F	março/2018	08/05/18	17.526,78	1.402,14				
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

APUR - SALVADOR/BA									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	19/01/18	3.954,44	316,36				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	19/02/18	3.956,93	316,56				
MARÇO	F	fevereiro/2018	20/03/18	3.916,65	313,34				
ABRIL	F	março/2018	25/04/18	3.954,17	316,34				
MAIO	F	abril/2018	16/05/18	3.829,26	306,35				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNEB - 1260-2 - SALVADOR/BA									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	04/01/18	3.321,74	266,39				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	08/02/18	10.700,00	700,00				
MARÇO	E	fevereiro/2018	16/03/18	10.700,00	700,00				
ABRIL	E	março/2018	07/05/18	10.700,00	700,00				
MAIO	E	abril/2018	15/05/18	10.700,00	700,00				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUFS-BA - 1261-0 - FEIRA DE SANTANA/BA									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	08/01/18	3.340,00	344,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	14/02/18	3.340,00	344,00				
MARÇO	E	fevereiro/2018	08/03/18	3.340,00	344,00				
ABRIL	E	março/2018	17/04/18	3.340,00	344,00				
MAIO	E	abril/2018	22/05/18	3.340,00	344,00				

JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUFS - 1257-2 - SÃO CRISTÓVÃO/SE

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	16/01/18	30.847,97	2.467,84				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	19/02/18	30.734,71	2.458,78				
MARÇO	F	fevereiro/2018	27/03/18	30.654,64	2.452,37				
ABRIL	F	março/2018	16/04/18	30.720,95	2.457,68				
MAIO	F	abril/2018	09/05/18	30.648,96	2.451,92				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUSB - 1262-9 - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	10/01/18	6.000,00	480,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	08/02/18	6.000,00	480,00				
MARÇO	E	fevereiro/2018	12/03/18	6.000,00	480,00				
ABRIL	E	março/2018	10/04/18	6.000,00	480,00				
MAIO	E	abril/2018	10/05/18	8.000,00	480,00				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUCSAL - 1263-7 - SALVADOR/BA

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2017							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							
ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

APUNI - 1265-3 - IBICARAÍ/BA

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2017							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							

ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

SINDESP-BA - - ITABUNA/BA									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	Mult	dezembro/2017							
FEVEREIRO	Mult	janeiro/2018							
MARÇO	Mult	fevereiro/2018							
ABRIL	Mult	março/2018							
MAIO	Mult	abril/2018							
JUNHO	Mult	maio/2018							
JULHO	Mult	junho/2018							

SINDESP-Sudoeste/BA - - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	Mult	dezembro/2017							
FEVEREIRO	Mult	janeiro/2018							
MARÇO	Mult	fevereiro/2018							
ABRIL	Mult	março/2018							
MAIO	Mult	abril/2018							
JUNHO	Mult	maio/2018							
JULHO	Mult	junho/2018							

SINDFUNESA - 1344-7 - ARAPIRACA/AL									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUSC - 1264-5 - ILHÉUS/BA									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	01/03/18	3.539,96	205,17	12/01/18	1/10	1.722,62	
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	16/03/18	3.811,15	233,87	01/03/18	2/10	1.722,62	
MARÇO	E	fevereiro/2018	30/04/18	4.082,34	262,57	16/03/18	3/10	1.722,62	
ABRIL	E	março/2018	23/05/18	4.353,53	291,27	30/04/18	4/10	1.722,62	
MAIO	E	abril/2018				23/05/18	5/10	1.722,62	
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SINDIUFSEB - EUNAPOLIS/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

LESTE									
ADFMTM - 1267-X - UBERABA/MG									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	11/01/18	376,00	212,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	23/02/18	376,00	212,00				
MARÇO	F	fevereiro/2018	20/03/18	371,20	179,00				
ABRIL	F	março/2018	13/04/18	369,80	181,20				
MAIO	F	abril/2018	23/05/18	369,60	199,80				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFSJ - 1275-0 - SÃO JOÃO DEL REY/MG									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	17/01/18	15.515,23	1.233,62				

FEVEREIRO	F	janeiro/2018	16/02/18	15.338,91	1.227,11				
MARÇO	F	fevereiro/2018	28/03/18	15.231,94	1.218,56				
ABRIL	F	março/2018	16/04/18	15.435,46	1.234,84				
MAIO	F	abril/2018	21/05/18	15.643,88	1.251,51				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFES - 1276-9 - VITÓRIA/ES									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	08/02/18	33.859,55	2.699,95				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	15/02/18	33.749,46	2.708,78				
MARÇO	F	fevereiro/2018	13/04/18	33.673,24	2.693,85				
ABRIL	F	março/2018	20/04/18	37.815,03	3.025,20				
MAIO	F	abril/2018	23/05/18	37.684,10	3.014,72				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFLA - 1272-6 - LAVRAS/MG									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	15/01/18	17.903,80	1.628,30				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	16/02/18	9.029,80	918,63				
MARÇO	F	fevereiro/2018	20/03/18	9.080,35	922,93				
ABRIL	F	março/2018	18/04/18	9.149,95	731,99				
MAIO	F	abril/2018	17/05/18	9.111,40	728,91				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFOP - 1274-2 - OURO PRETO/MG									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	17/01/18	14.198,39	1.135,87				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	26/02/18	14.198,39	2.606,48				
MARÇO	F	fevereiro/2018	14/03/18	14.100,37	2.604,70				
ABRIL	F	março/2018	04/04/18	14.169,38	1.133,55				
MAIO	F	abril/2018	10/05/18	14.244,10	1.139,50				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFU - 1266-1 - UBERLÂNDIA/MG									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	07/02/18	32.580,96	2.606,48				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	07/02/18	32.558,80	2.604,70				
MARÇO	F	fevereiro/2018	08/03/18	32.510,21	2.600,82				
ABRIL	F	março/2018	05/04/18	32.390,32	2.591,23				
MAIO	F	abril/2018	10/05/18	32.274,20	2.581,94				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNIFAL - 1280-7 - ALFENAS/MG									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	10/01/18	249,00	36,80				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	08/02/18	249,00	36,80				
MARÇO	F	fevereiro/2018	09/03/18	249,00	36,80				
ABRIL	F	março/2018	11/04/18	249,00	35,80				
MAIO	F	abril/2018	10/05/18	249,00	36,80				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNIFEI - 1273-4 - ITAJUBÁ/MG									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNIMONTES - 1277-7 - MONTES CLAROS/MG									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							

JULHO	E	junho/2018								
-------	---	------------	--	--	--	--	--	--	--	--

APES-JF - 1270-X - JUIZ DE FORA/MG										
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2017	22/01/18	23.716,11	1.870,43					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	22/02/18	23.716,11	1.870,43					
MARÇO	F	fevereiro/2018	20/03/18	25.205,08	1.989,59					
ABRIL	F	março/2018	17/04/18	25.263,50	2.077,30					
MAIO	F	abril/2018	18/05/18	25.432,26	2.007,38					
JUNHO	F	maio/2018								
JULHO	F	junho/2018								

ASPUV - 1271-8 - VIÇOSA/MG										
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2016	16/01/18	24.084,07	8.028,00					
FEVEREIRO	F	janeiro/2017	22/02/18	24.084,07	8.028,00					
MARÇO	F	fevereiro/2017	14/03/18	24.084,07	8.028,00					
ABRIL	F	março/2017	05/04/18	26.010,79	8.028,00					
MAIO	F	abril/2017	10/05/18	24.084,07	8.028,00					
JUNHO	F	maio/2017								
JULHO	F	junho/2017								

SINDCEFET-MG - 1269-6 - BELO HORIZONTE/MG										
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2016	23/01/18	25.473,86	2.037,90					
FEVEREIRO	F	janeiro/2017	15/02/18	12.754,84	1.020,38					
MARÇO	F	fevereiro/2017	12/03/18	12.660,08	1.012,80					
ABRIL	F	março/2017	17/04/18	12.395,95	991,67					
MAIO	F	abril/2017	22/05/18	12.293,78	983,50					
JUNHO	F	maio/2017								
JULHO	F	junho/2017								

SINDCEFET-OP - 1349-8 - OURO PRETO/MG										
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES	
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2016								
FEVEREIRO	F	janeiro/2017								

MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2017							
MAIO	F	abril/2017							
JUNHO	F	maio/2017							
JULHO	F	junho/2017							

ADUFVJM - 1350-1 - DIAMANTINA/MG

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2016	25/01/18	640,00	51,20				
FEVEREIRO	F	janeiro/2017	16/03/18	655,00	135,00				
MARÇO	F	fevereiro/2017	16/03/18	655,00	135,00				
ABRIL	F	março/2017							
MAIO	F	abril/2017							
JUNHO	F	maio/2017							
JULHO	F	junho/2017							

SINDUNIT - 1279-3 - UBERLÂNDIA/MG

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2016							
FEVEREIRO	P	janeiro/2017							
MARÇO	P	fevereiro/2017							
ABRIL	P	março/2017							
MAIO	P	abril/2017							
JUNHO	P	maio/2017							
JULHO	P	junho/2017							

ADOM - TEOFIL OTONI/MG

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2016							
FEVEREIRO	F	janeiro/2017							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2017							
MAIO	F	abril/2017							
JUNHO	F	maio/2017							
JULHO	F	junho/2017							

ADUEMG - BELO HORIZONTE/MG

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2016	02/04/18	184,00	14,72				
FEVEREIRO	E	janeiro/2017	02/04/18	184,00	14,72				
MARÇO	E	fevereiro/2017	02/04/18	184,00	14,72				
ABRIL	E	março/2017	02/04/18	184,00	14,72				
MAIO	E	abril/2017	02/04/18	184,00	14,72				
JUNHO	E	maio/2017							
JULHO	E	junho/2017							

SINDIFSSULDEMINAS - POUSO ALEGRE /MG

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2016							
FEVEREIRO	F	janeiro/2017							
MARÇO	F	fevereiro/2017							
ABRIL	F	março/2017							
MAIO	F	abril/2017							
JUNHO	F	maio/2017							
JULHO	F	junho/2017							

PLANALTO

ADCAC - 1286-6 - CATALÃO/GO

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	04/01/18	1.340,52	120,64				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADCAJ - 1287-4 - JATAÍ/GO

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							

FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUEG - - GOIÂNIA/GO									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUNB - 1281-5 - BRASÍLIA/DF									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	16.200,20	1.295,99				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	15/02/18	16.200,20	1.295,99				
MARÇO	F	fevereiro/2018	15/03/18	16.200,20	1.295,99				
ABRIL	F	março/2018	13/04/18	16.200,20	1.295,99				
MAIO	F	abril/2018	15/05/18	16.200,20	1.295,99				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUCB - - BRASÍLIA/DF									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2017							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							
ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

APUG - 1345-5 - GURUPI-TO									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2017	07/03/18	3.270,09	261,60				
FEVEREIRO	M	janeiro/2018	04/04/18	3.306,63	264,53				
MARÇO	M	fevereiro/2018	03/05/18	3.443,59	275,48				
ABRIL	M	março/2018							
MAIO	M	abril/2018							
JUNHO	M	maio/2018							
JULHO	M	junho/2018							

SESDFIMES - - MINEIROS/GO									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2017							
FEVEREIRO	M	janeiro/2018							
MARÇO	M	fevereiro/2018							
ABRIL	M	março/2018							
MAIO	M	abril/2018							
JUNHO	M	maio/2018							
JULHO	M	junho/2018							

SESDUEG - - ANÁPOLIS/GO									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SESDUFT - 1352-8 - PALMAS/TO									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	31/01/18	2.555,35	59,27				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	15/03/18	2.255,35	59,27				

MARÇO	F	fevereiro/2018	15/03/18	2.255,35	59,27				
ABRIL	F	março/2018	25/05/18	2.255,35	59,27				
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDCEFET-GO - 1284-X - GOIÂNIA/GO

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

RIO DE JANEIRO

ASDUERJ - 1294-7 - RIO DE JANEIRO/RJ

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017				11/12/17	10/59	2.698,79	
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUFRJ - 1295-5 - RIO DE JANEIRO/RJ

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	08/01/18	83.679,12					
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	06/02/18	82.905,72					
MARÇO	F	fevereiro/2018	09/03/18	83.554,38					
ABRIL	F	março/2018	06/04/18	83.045,59					
MAIO	F	abril/2018	07/05/18	83.739,28					
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNI-RIO - 1296-3 - RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	19.288,35	1.543,06				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	19/02/18	19.199,43	1.535,95				
MARÇO	F	fevereiro/2018	16/03/18	19.293,41	1.540,69				
ABRIL	F	março/2018	06/04/18	19.199,73	1.535,97				
MAIO	F	abril/2018	03/05/18	19.423,64	1.553,89				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADCEFET-RJ - 1297-1 - RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	06/02/18	6.468,30	517,46				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	06/02/18	6.525,03	522,00				
MARÇO	F	fevereiro/2018	19/03/18	6.557,52	524,60				
ABRIL	F	março/2018	10/04/18	6.557,36	524,60				
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFF - 1298-X - NITERÓI/RJ									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	10/01/18	69.873,89	5.589,91				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	06/02/18	69.186,57	5.534,93				
MARÇO	F	fevereiro/2018	07/03/18	67.986,89	5.438,95				
ABRIL	F	março/2018	11/04/18	68.319,21	5.465,54				
MAIO	F	abril/2018	03/05/18	69.419,75	5.553,58				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUR-RJ - 1299-8 - SEROPÉDICA/RJ									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	14/12/17	7.406,25	1.777,50				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	09/01/18	7.406,25	1.777,50				
MARÇO	F	fevereiro/2018	05/03/18	7.406,25	1.777,50				
ABRIL	F	março/2018	03/04/18	7.406,25	1.777,50				
MAIO	F	abril/2018	09/05/18	7.403,38	1.776,81				

JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SESDUENF - 1356-0 - RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	09/01/18	2.400,00	192,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	21/02/18	2.400,00	192,00				
MARÇO	E	fevereiro/2018	03/04/18	2.400,00	192,00				
ABRIL	E	março/2018	03/05/18	2.400,00	192,00				
MAIO	E	abril/2018	03/05/18	2.400,00	192,00				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUEZO - RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADOPEAD - 1329-3 RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO		dezembro/2017	16/01/18	22,68	10,88				
FEVEREIRO		janeiro/2018							
MARÇO		fevereiro/2018							
ABRIL		março/2018							
MAIO		abril/2018							
JUNHO		maio/2018							
JULHO		junho/2018							

SAO PAULO

ADAFA - 1306-4 - PIRASSUNUNGA/SP

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADFATEC - 1309-9 - SÃO PAULO/SP

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADFMM- 1308-0 - MARÍLIA/SP

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	22/01/18	1.171,20	93,69				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	19/02/18	1.165,10	93,20				
MARÇO	E	fevereiro/2018	20/03/18	1.159,00	92,72				
ABRIL	E	março/2018	18/04/18	1.140,70	91,25				
MAIO	E	abril/2018	17/05/18	1.140,70	91,25				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUNESP - 1305-6 - SÃO PAULO/SP

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017		ACORDO	ACORDO	27/10/17	9/70	918,77	
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							

MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUNICAMP - 1302-1 - CAMPINAS/SP									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	11/01/18	38.378,76	3.070,30				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	15/02/18	38.423,45	3.073,88				
MARÇO	E	fevereiro/2018	15/03/18	38.358,67	3.068,69				
ABRIL	E	março/2018	13/04/18	38.397,98	3.071,84				
MAIO	E	abril/2018	15/05/18	38.300,87	3.064,07				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUNIFESP - 1304-8 - SÃO PAULO/SP									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	8.282,55	662,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	08/02/18	8.342,80	667,42				
MARÇO	F	fevereiro/2018	08/03/18	8.328,75	666,30				
ABRIL	F	março/2018	06/04/18	8.315,29	665,22				
MAIO	F	abril/2018	14/05/18	8.360,44	668,83				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUNIMEP - 1301-3 - PIRACICABA/SP									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2017							
FEVEREIRO	P	janeiro/2018							
MARÇO	P	fevereiro/2018							
ABRIL	P	março/2018							
MAIO	P	abril/2018							
JUNHO	P	maio/2018							
JULHO	P	junho/2018							

ADUSP - 1303-X - SÃO PAULO/SP									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	08/01/18	64.310,16	5.144,81				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	09/02/18	64.379,93	5.150,39				
MARÇO	E	fevereiro/2018	08/03/18	64.428,03	5.154,24				
ABRIL	E	março/2018	06/04/18	64.428,82	5.154,30				
MAIO	E	abril/2018	10/05/18	64.212,99	5.137,03				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADEEP- PIRACICABANA/SP									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2017							
FEVEREIRO	M	janeiro/2018							
MARÇO	M	fevereiro/2018							
ABRIL	M	março/2018							
MAIO	M	abril/2018							
JUNHO	M	maio/2018							
JULHO	M	junho/2018							

ADUFABC- SANTO ANDRÉ/SP									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDIFSP-SBV SÃO JOÃO DA BOA VISTA/SP									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017							
FEVEREIRO	F	janeiro/2018							
MARÇO	F	fevereiro/2018							
ABRIL	F	março/2018							
MAIO	F	abril/2018							

JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDUNITAU - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2017							
FEVEREIRO	M	janeiro/2018							
MARÇO	M	fevereiro/2018							
ABRIL	M	março/2018							
MAIO	M	abril/2018							
JUNHO	M	maio/2018							
JULHO	M	junho/2018							

SUL

ADUNICENTRO - 1353-6 - GUARAPUAVA/PR

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	02/01/18	522,00	115,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	05/02/18	522,00	115,00				
MARÇO	E	fevereiro/2018	01/03/18	522,00	115,00				
ABRIL	E	março/2018	02/04/18	522,00	115,00				
MAIO	E	abril/2018	10/05/18	3.000,00	115,00				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

ADUNIOESTE - 1317-X - CASCAVEL/PR

S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	05/01/18	2.857,03	228,56				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	01/02/18	2.857,03	228,56				
MARÇO	E	fevereiro/2018	02/03/18	2.857,03	228,56				
ABRIL	E	março/2018	05/04/18	2.857,03	228,56				
MAIO	E	abril/2018	03/05/18		228,56				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

APRUDESC - 1319-6 - FLORIANÓPOLIS/SC									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	10/01/18	1.298,00		10/01/18	40/72	694,44	
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	09/02/18	1.300,00		9/2/18	41/72	694,44	
MARÇO	E	fevereiro/2018	08/03/18	1.300,00		8/3/18	42/72	694,44	
ABRIL	E	março/2018	04/05/18	1.300,00		4/5/18	43/72	694,44	
MAIO	E	abril/2018	23/05/18	1.298,00		23/05/18	44/72	694,44	
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

APUFPR - 1311-0 - CURITIBA/PR									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	09/01/18	70.134,50	5.610,76				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	08/02/18	70.075,03	5.606,00				
MARÇO	F	fevereiro/2018	05/03/18	70.058,27	5.604,66				
ABRIL	F	março/2018	10/04/18	70.851,46	5.646,52				
MAIO	F	abril/2018	07/05/18	70.403,56	5.659,28				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SINDUEPG - 1316-1 - PONTAGROSSA/PR									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	16/02/18	4.880,55	390,30				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	16/02/18	4.878,70	390,44				
MARÇO	E	fevereiro/2018	07/03/18	4.814,91	385,19				
ABRIL	E	março/2018	16/04/18	4.911,39	392,91				
MAIO	E	abril/2018	09/05/18	4.922,94	393,84				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SINDUTF-PR - 1312-9 - CURITIBA/PR									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	23/02/18	14.785,56	1.857,40				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	05/03/18	23.768,40					
MARÇO	F	fevereiro/2018	29/03/18	23.217,47					

ABRIL	F	março/2018	23/04/18	22.906,29	1.832,50				
MAIO	F	abril/2018							
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

S. Sind. UFSC - 1384 - FLORIANÓPOLIS/SC									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	26/01/18	5.503,87	440,31				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	20/02/18	5.520,00	441,60				
MARÇO	F	fevereiro/2018	26/03/18	5.831,38	466,51				
ABRIL	F	março/2018	02/05/18	5.520,05	441,60				
MAIO	F	abril/2018	28/05/18	5.487,20	438,98				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

SESDEEM - 1376 - MARINGÁ/PR									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	04/01/18	5.182,97	414,64				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	06/03/18	5.183,27	413,50				
MARÇO	E	fevereiro/2018	06/03/18	5.168,71	414,66				
ABRIL	E	março/2018	11/04/18	5.172,62	413,81				
MAIO	E	abril/2018	16/05/18	5.242,19	419,38				
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SINDUFFS - CHAPECÓ/SC									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	16/03/18	243,34	35,48	02/10/17	4/667	22,17	4/677 35,48
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	16/03/18	243,34	35,48	14/03/18	5/667	22,17	5/677 35,48
MARÇO	F	fevereiro/2018	16/03/18	243,34	35,48		6/667	22,17	6/677 35,48
ABRIL	F	março/2018	05/04/18	243,34	35,48		7/667	22,17	7/677 35,48
MAIO	F	abril/2018					8/667	22,17	8/677 35,48
JUNHO	F	maio/2018					9/667	22,17	9/677 35,48
JULHO	F	junho/2018					10/667	22,17	10/677 35,48

SINDUNESPAR- PARANAGUÁ/PR									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017							
FEVEREIRO	E	janeiro/2018							
MARÇO	E	fevereiro/2018							
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

SESUNILA - FOZ DO IGUAÇU /PR									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2017	12/01/18	217,29	40,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2018	05/04/18	397,99	40,00				
MARÇO	E	fevereiro/2018	05/04/18	397,99	40,00				
ABRIL	E	março/2018							
MAIO	E	abril/2018							
JUNHO	E	maio/2018							
JULHO	E	junho/2018							

RIO GRANDE DO SUL									
Seção Sindical na UFRGS - PORTO ALEGRE/RS									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	1.174,45	93,95				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	06/03/18	1.429,33	114,35				
MARÇO	F	fevereiro/2018	13/03/18	1.328,86	106,30				
ABRIL	F	março/2018	02/04/18	1.272,89	101,83				
MAIO	F	abril/2018	25/05/18	1.325,77	106,06				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

APROFURG - 1320-X - RIO GRANDE/RS									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	05/01/18	19.598,51	1.567,88				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	07/02/18	21.028,99	1.682,31				
MARÇO	F	fevereiro/2018	05/03/18	21.166,49	1.693,32				

ABRIL	F	março/2018	05/04/18	21.162,56	1.693,00				
MAIO	F	abril/2018	04/05/18	21.151,89	1.692,15				
JUNHO	F	maio/2018							
JULHO	F	junho/2018							

ADUFPEL - 1321-8 - PELOTAS/RS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	08/12/17	28.237,80	2.291,24				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	08/01/17	28.640,45	2.297,71				
MARÇO	F	fevereiro/2018	07/02/18	28.721,34	2.243,03				
ABRIL	F	março/2018	08/03/18	28.037,85	2.316,75				
MAIO	F	abril/2018	10/04/18	28.959,34	2.330,41				
JUNHO	F	maio/2018	09/05/18	28.880,14					
JULHO	F	junho/2018							

SEDUFSM - 1322-6 - SANTA MARIA/RS									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	21/12/17	27.053,18	2.164,25				
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	14/02/18	27.150,47	2.172,04				
MARÇO	F	fevereiro/2018	28/02/18	38.635,41	3.090,83				
ABRIL	F	março/2018	28/03/18	26.816,34	2.145,31				
MAIO	F	abril/2018	25/04/18	27.671,40	2.213,71				
JUNHO	F	maio/2018	24/05/18	27.596,89	2.207,75				
JULHO	F	junho/2018							

SESUNIPAMPA - - BAGÉ/RS									
S. SINDICAL	ST	MES DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO UNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MES			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2017	08/01/18	190,00	15,20	9/11/17	4/379	19,00	
FEVEREIRO	F	janeiro/2018	07/02/18	190,00	15,20	08/01/18	5/379	19,00	
MARÇO	F	fevereiro/2018	08/03/18	190,00	15,20	07/02/18	6/379	19,00	
ABRIL	F	março/2018	10/04/18	190,00	15,20	08/03/18	7/379	19,00	
MAIO	F	abril/2018	09/05/18	190,00	15,20	10/04/18	8/379	19,00	
JUNHO	F	maio/2018				09/05/18	9/379	19,00	
JULHO	F	junho/2018							

ANEXO AO TEXTO 37
SEÇÕES SINDICAIS COM ACORDOS VIGENTES
POSICIONAMENTO ATÉ O MÊS DE MAIO/18

REGIONAIS	S. SINDICAL	PARCELAMENTO	SALDO DEVEDOR	SITUAÇÃO
NORTE 1	SINDUERR	Foi feito um acordo referente ao parcelamento dos valores em aberto de jan a jul/16 no valor de R\$ 1.785,00 que será parcelado em 5 meses de R\$ 357,00.	R\$ 1.785,00	Pendente
	SIND-UEA	No 36º Congresso foi feito um acordo referente ao Rateio pendente do 31º Congresso no valor de R\$ 13.093,64, que será parcelado em 500 meses de R\$ 261,87.	R\$ 13.093,64	Pendente
NORTE 2	ADUFRA	Compromete-se a pagar os valores em aberto dos repasses de abr a nov/16 no valor total de R\$ 12.175,39 em 5 meses de R\$ 2.435,07 e o fundo único em parcela única de 986,27. <u>Está 4/5</u>	R\$ 986,27	OK
	SINDUEPA	Foi feito um acordo referente aos valores em aberto de jan a dez/16 e jan a mai/17 no valor de R\$ 13.784,66, que será parcelado em 77 meses de R\$ 359,08. <u>Está na 10/77</u>	R\$ 9.834,78	OK
NE1	ADUNIFOR	No 31º Congresso foi feito um acordo referente a 3 meses de mensalidades pendentes de 2009 no valor de R\$ 2.134,67, repasses de mar a dez/10, no valor de R\$ 18.981,40 e repasses de jan a dez/11, no valor de R\$ 22.77,68, totalizando R\$ 43.893,75, que será parcelado em 36 meses de R\$ 1.219,27.	R\$ 43.893,75	Pendente
NE2	ADUFPB	No 32º Congresso foi feito um novo acordo, somando os acordos anteriores e o débito do repasse e fundo, dos meses de mai a dez/12, totalizando R\$ 423.532,08, que será parcelado em 60 meses de R\$ 7.058,87. <u>Está na 45/60.</u>	R\$ 105.882,93	OK
	ADUPE	No 31º Congresso, foi feito um acordo referente à mensalidade e fundos pendentes de 2009 a 2011, no valor de R\$ 102.167,00, parcelado em 100 meses de R\$ 1.021,67.	R\$ 102.167,00	Pendente
	ADESA-PE	Compromete-se a pagar o valor em aberto do Repasse de 1.975,39 em 28 meses de R\$ 70,55 e do Fundo Único 6.351,87 que será parcelado em 28 meses de R\$ 226,85	R\$ 8.327,26	Pendente
	ADUFCG-PATOS	Foi realizado um acordo referente aos repasses em aberto de out a dez/11, jan a dez/12, jan a dez/13, jan a dez/14,	R\$ 23.950,93	OK

		jan a dez/15, jan a dez/16 e jan a dez/17, totalizando R\$ 59.877,25, que será parcelado em 10 meses de R\$ 5.987,72. Está na 6/10.		
	ADUERN	Foi realizado um acordo referente aos repasses em aberto de set a dez/17, totalizando R\$ 35.096,20, que será parcelado em 10 meses de R\$ 3.509,62. Está na 4/10	R\$ 21.057,72	OK
	SINDUNIVASF	Foi realizado um acordo referente aos meses em aberto no valor total de R\$ 13.888,00 que será parcelado em 50 meses de R\$ 277,76. Está na 24/50	R\$ 7.221,76	OK
	ADUEPB	Foi realizado um novo acordo referente aos seguintes repasses: 145 parcelas de R\$ 3.244,75, repasse de 14 meses no valor de R\$ 126.000,00 e Fundo Único 17 meses no valor de R\$ 12.240,00, totalizando R\$ 608.728,75, que será parcelado em 338 meses de R\$ 1.801,00, iniciando em fevereiro/16. Está na 26/338	R\$ 561.902,75	OK
NE 3	ADUCSAL	Foi realizado um acordo de 30 parcelas de R\$ 419,11, referente aos repasses do mês de dezembro de 2007 e dos meses de janeiro a agosto de 2008 – incluindo fundos 2/30. Último pagamento dia 23/4/09.	R\$ 11.316,11	Pendente
	ADUFAL	Foi realizado um acordo referente aos repasses em aberto de outubro e novembro/17, no total de R\$ 37.564,44 que será parcelado em 10 meses de R\$ 3.756,44. Está na 2/10	R\$ 30.051,56	Pendente
	ADUSC	Foi realizado um acordo referente 5 meses em aberto, totalizando R\$ 17.266,20 que será dividido em 10 parcelas de R\$ 1.722,20. Está na 5/10	R\$ 8.655,20	OK
PLANALTO	ADCAJ	Acordo a iniciar no mês de março/17 duas mensalidades por mês devendo 4 meses de repasse de set a dez/16 no valor de R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	Pendente
LESTE	ADUNIMONTES	Parcelamento dos repasses em aberto dos meses de jul a nov/14 e jul a dez/15 e jan a mai/16, totalizando R\$ 20.291,89 que será parcelado em 40 meses de R\$ 507,29. Iniciando em junho/16.	R\$ 20.291,89	Pendente
RJ	ASDUERJ	Foi realizado um novo acordo, referente aos meses de jan a mai/16 e o valor do acordo anterior, totalizando R\$ 159.228,53 que será parcelado em 59 meses de R\$ 2.698,79. Está na 10/59	R\$ 132.240,63	Pendente
SP	ADUNESP	Foi realizado um acordo no 36º Congresso referente aos repasses de jul a dez, e Fundo Único, totalizando R\$ 64.314,26, que será parcelado em 70 meses de R\$ 918,77. Está na 9/70	R\$ 56.045,33	Pendente

	ADUFABC	No 36º Congresso foi realizado um acordo referente aos repasses de 12 meses no valor de R\$ 7.200,00, que será parcelado em 12 meses de R\$ 600,00.	R\$ 7.200,00	Pendente
	APRUDESC	Foi parcelado o valor de R\$ 50.000,00 referente ao Repasse Mensal, Fundo de solidariedade e Fundo Nacional de mobilização, em 72 meses de R\$ 694,44, iniciando em setembro/14. <u>Está na 44/72</u>	R\$ 19.444,64	OK
SUL	SINDUFFS	Foi realizado um acordo referente há 31 meses em aberto. Totalizando de Repasse R\$ 14.787,39 e Fundo Único R\$ 14.787,39, que será parcelado em 667 meses de R\$ 35,48 e 22,17. <u>Esta na 10/677</u>	R\$ 14.565,69 R\$ 23.665,16	OK
RGS	SESUNIPAMPA	Foi realizado um acordo referente aos meses em aberto de agosto de 2014 a maio de 2017, totalizando R\$ 7.198,80 que será parcelado em 379 meses de R\$ 19,00. <u>Está na 9/379</u>	R\$ 7.027,80	OK